



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**ESCOLA E FAMÍLIA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Eliete Pereira dos Santos Silva

Asunción, Paraguay

2018

Eliete Pereira Santos Silva

**ESCOLA E FAMÍLIA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO
DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Tese apresentada a UAA como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciado Mestre em
Ciências da Educação

Tutora: Dra.Daniela Ruiz – Diaz Morales

Asunção, Paraguay
2018

SILVA, Eliete Pereira Santos. 2017. **ESCOLA E FAMÍLIA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Eliete Pereira Santos Silva. 98 páginas.

Dra. Daniela Ruiz Diaz Morales

Dissertação acadêmica em Ciências da Educação, mestrado – UAA, 2017.

Eliete Pereira Santos Silva

**ESCOLA E FAMÍLIA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Esta tese foi avaliada e aprovada para a obtenção do título de Licenciada em Mestre pela
Universidad Autónoma de Asunción – UAA

.....

.....

.....

A Deus, por ter proporcionado força e saúde para terminar mais uma etapa em minha vida.

Apresento este trabalho não sozinha, mas sim com sentimentos de pessoas nelas envolvidas; Agradeço todo meu esforço e vitória primeiramente a Deus a qual devo toda minha saúde e força;

A minha família onde foi à base tanto emocional como motivacional.

As minhas amigas de verdade, onde nos momentos mais difíceis me ajudaram a caminhar.

Deixo aqui meus agradecimentos principais aos meus filhos Mateus e Lucas, e ao meu marido Givanildo, onde neles encontrei a força de seguir em frente, deixando todas as minhas limitações e ouvindo todos os dias deles "me orgulho da senhora".

A minha orientadora, pela dedicação para a conclusão deste trabalho, por não ter dispensado nenhum esforço, orientando-me e conduzindo para o caminho certo, agradeço de coração todo o seu esforço.

Aos professores, pelos ensinamentos compartilhados.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa, principalmente aos pais e professores que participaram da pesquisa na Escola Municipal Corujinha Feliz.

Descobrir consiste em olhar para o que todo mundo está vendo e pensar uma coisa diferente.

Roger Von Oech

INTRODUÇÃO	01
1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A FAMÍLIA	06
1.1 Considerações históricas	06
1.2 Conceito de família.....	11
1.3 A educação escolar brasileira no contexto familiar.....	12
2 AS POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	18
2.1 As políticas educacionais para a educação infantil no Brasil.....	18
2.2 As leis de diretrizes e bases da educação nacional	19
2.3 As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.....	21
2.4 O estatuto da criança e do adolescente – ECA	22
3- FAMÍLIA E ESCOLA	24
3.1 O papel da família no processo de ensino e aprendizagem	24
3.2 O papel da escola no processo de ensino e aprendizagem.....	28
3.3 Escola e família: possibilidades que essa interação traz para a aprendizagem	30
3.4 Aproximação da família no ambiente escolar	32
4- A importância da família no processo do desenvolvimento cognitivo da criança.....	35
4.1 As estratégias que a escola utiliza para estreitar relações com a família	35
4.2 Causas e consequências que são geradas pela ausência da família no ambiente escolar	37
4.3 Parceria: família x escola.....	38
4.4 Desafios encontrados pela escola com relação à participação ativa da família na educação da criança.....	39
4.5 A contribuição da família para a educação.....	40
4.6 Mudanças na família e transformação na escola	42
4.7 Metamorfoses da relação entre família e escola	46
5. A importância da formação continuada de professores.....	49
6. DESENHO METODOLÓGICO	52
6.1 Formulação do problema.....	52
6.1.1. Objetivo geral	52
6.1.1 Objetivos específicos.....	52
6.2 Desenho metodológico	52
6.3 Unidade de Análises e participantes	53

6.4 Instrumentos de coleta de dados	54
6.5 Processo de coleta de dados.....	54
6.6 Caracterização da escola	54
7- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	60
7.1 Análise dos questionários aplicados para os pais	60
7.2 Análise dos questionários aplicados para os professores	68
7.3 Observação participante da parceria família e escola.....	73
8- CONCLUSÃO	75
8.1 Recomendações	77
8.1.2 Recomendações para a instituição	77
9.1.2 Recomendações para os professores	77
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE 01	81
ANEXO 01	84

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Idade dos pais	60
GRÁFICO 02: Sexo dos pais	61
GRÁFICO 03: Escolaridade dos pais	61
GRÁFICO 04: Incentivo da escola	62
GRÁFICO 05: Convites ou comunicados enviados pela escola	64
GRÁFICO 06: Necessidade de participação dos pais	65
GRÁFICO 07: Material didático	67
GRÁFICO 08: Frequência dos pais em reuniões	68
GRÁFICO 09: Cursos ou capacitações realizados pelo professor	69
GRÁFICO 10: Concepção dos professores em relação a infra estrutura da escola	70
GRÁFICO 11: Atuação da escola	71
GRÁFICO 12: Atuação da gestão	72
GRÁFICO 13: Material didático	72

RESUMO

O objetivo deste trabalho é permitir discussões sobre as ações da família no ambiente escolar, bem como os efeitos dessa ação junto com os alunos. A experiência docente despertou o interesse de investigar como a família contribui para o processo de ensino e aprendizagem e como ela atuou junto com os alunos, exercendo assim o dever legal atribuído a eles. Este despertar foi alimentado por uma percepção evidente de que as taxas de aprendizado, quando há participação familiar, tiveram uma performance mais significativa. Para isso, a dissertação foi composta por fundamentos teóricos sobre a relação familiar, escolar, familiar-escolar, educação escolar e educação infantil. A metodologia elegida foi um desenho não experimental, descritivo, de corte transversal e enfoque misto. A unidade de análises foi a Escola Municipal Corujinha Feliz, localizada no Município de Porto Seguro-Brasil. Os instrumentos de coleta de dados foram um questionário para pais e outro para professores, cuja intenção é fornecer-nos indicações dos efeitos da relação entre família e escola no processo de educação escolar. A metodologia escolhida tem um enfoque misto, com investigação do tipo descritivo. Isso ocorre porque, às vezes, na organização de dados de pesquisa, é necessário combinar respostas descritivas com dados mensuráveis. A abordagem procurou aprofundar uma questão específica que permitiu ao pesquisador fazer explorações, descrições, comparações, entre outros. A partir dos resultados apresentados, se pretende promover ações junto com a comunidade escolar que contribuam para melhorias na aprendizagem e, conseqüentemente, expressões de mais alegria, mais paz entre as crianças, futuros cidadãos, aprendendo que não é sinônimo de tantas frustrações e angústias. Desta forma, a partir da pesquisa ficou claro que a participação da família desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chaves: Escola. Família Aprendendo

ABSTRACT

The objective of this work is to allow discussions about the family's actions in the school environment, as well as the effects of this action with the students. The teaching experience has aroused the interest of investigating how the family contributes to the process or of teaching and learning and how it has acted together with the students, thus exercising the legal duty assigned to them. This awakening was fueled by a clear perception that learning rates, when there is family participation, had a more significant performance. For this, the dissertation was composed by theoretical foundations on family, school, family-school, school education and early childhood education. The chosen methodology was a non-experimental, descriptive, cross-sectional and mixed-focus design. The analysis unit was the Municipal School Corujinha Feliz, located in the Municipality of Porto Seguro-Brazil. The instruments of data collection were a questionnaire for parents and another for teachers, whose intention is to provide us indications of the effects of the relationship between family and school in the school education process. The chosen methodology has a mixed approach, with research of the descriptive type. This is because, sometimes in the organization of research data, it is necessary to combine descriptive answers with measurable data. The approach sought to deepen a specific question that allowed the researcher to make explorations, descriptions, comparisons, among others. From the results presented, it is intended to promote actions together with the school community that contribute to improvements in learning and, consequently, expressions of more joy, more peace among children, future citizens, learning that it is not synonymous with so many frustrations and anguishes. Thus, from the research it was clear that family participation plays a fundamental role in the teaching and learning process.

Keywords: School. Learning Family.

RESUMEN

Este trabajo tiene como propósito posibilitar discusiones en lo que concierne a la actuación de la familia en el ambiente escolar, así como los efectos de esa actuación junto a los educandos. La experiencia docente de la tesista despertó el interés de investigar sobre cómo la familia contribuye al proceso de enseñanza y aprendizaje y cómo ella ha actuado junto a los educandos, ejerciendo así un deber legal que le es atribuido. Este despertar alimentó la percepción evidente de que los índices de aprendizajes, cuando existe la participación de la familia, ha tenido un desempeño más significativo. Para ello, la disertación fue compuesta de fundamentación teórica sobre familia, escuela, relación familia-escuela, educación escolar y educación infantil. La metodología elegida fue un diseño no experimental, descriptivo, de corte transversal y enfoque mixto. La unidad de análisis fue la Escuela Municipal Corujinha Feliz, situada en el Municipio de Porto Seguro-Brasil. La recolección de datos se realizó con el cuestionario destinado a los padres y otro destinado a los profesores, cuya intención es que nos proporcione indicios de los efectos de la relación entre familia y escuela en el proceso de educación escolar. Esto porque, a veces, en la organización de datos de investigación surge la necesidad de combinar las respuestas descriptivas con datos mensurables. El enfoque buscó profundizar en un asunto específico que permitió a la investigadora hacer exploraciones, descripciones, comparaciones, entre otros. A partir de los resultados presentados, se pretende promover acciones junto a la comunidad escolar que contribuyan con mejoras en el aprendizaje y, consecuentemente, manifestaciones de más alegría, de más paz en medio de los niños, futuros ciudadanos, un aprendizaje que no sea sinónimo de tantas frustraciones y angustias. De esta forma, a partir de la investigación quedó evidente que la participación de la familia juega un papel fundamental en el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Escuela. Familia. Aprendizaje

INTRODUÇÃO

Entender que criar e educar os filhos e ainda prepará-los para portar-se com responsabilidade e segurança no conturbado mundo em que se vive atualmente, é uma tarefa tão exigente e desafiadora como prazerosa e gratificante. Escolher a escola adequada às expectativas da família e que, ao mesmo tempo, permita a adaptação da criança, é um projeto cujo sucesso depende, em grande parte, da capacidade dos pais em avaliar as ofertas existentes.

Também é importante que os pais ou responsáveis pelas crianças estejam atentos ao projeto educativo/pedagógico e ao perfil disciplinar da instituição, que contribui para selecionar por aquela cujos valores e fundamentos mais se assemelhem aos da família em termos de exigências, posturas, visão de mundo. Conhecer as dependências e possibilidades da escola, seus diferenciais, bem como os professores que estarão encarregados da educação dos filhos também é recomendado e necessário.

A família reflete os problemas da sociedade bem como a presença ou ausência de valores nos diversos contextos humanos (escola, grupo de pares, associações) e desse modo é importante pesquisar sua relação com o desempenho escolar. Piaget enfatizava a cooperação enquanto operadora no estabelecimento de trocas equilibradas com os outros, sejam estas trocas relativas a favores, informações materiais, influência, entre outros (Menin, 1996).

Conforme o sentido Piagetiano, o vínculo escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de expor suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista. Tal relação implica em colocar-se no lugar do outro e não apenas enquanto troca de favores, mas "... a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de suportar afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral, como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estrutura lógica e as relações de confiança" (Tognetta, 2002):

Como educadora entendo que não seja possível o verdadeiro exercício de cidadania do futuro com cidadãos excluídos. É preciso valer o direito da criança ao sistema de educação básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, conforme consta em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o seu trabalho.

Contudo, é inegável o continente de situações conflituosas que se passa a conviver todos os dias no contexto da sala de aula, visto que a comunidade escolar se tornou mais complexa atendendo a uma multiplicidade de etnias, credos, valores socioculturais, econômicos e com novos modelos de família.

Pensar uma educação de qualidade hoje é poder contar com a participação da família na escola e em todos os sentidos, a integração da família, uma vez que é na instituição da família que começa os primeiros grupos sociais de uma criança e é onde ela aprende os primeiros ensinamentos e que vão se prolongar ao longo os primeiros anos de vivência.

A esse respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96 formaliza e institui a gestão democrática como uma alternativa de possibilitar e contribuir para a inclusão da família na escola, e trás a seguinte redação: “a concepção de educação, concepção ampla, estendendo a educação para além da educação escolar, ou seja, comprometimento com a formação do caráter do educando” (Brasil, 1996, p. 10).

Com a introdução dos pais no processo de ensino e aprendizagem favorece para que a escola contribui com a formação do caráter de forma integral e contribui para que a família e escola realizem um trabalho conjunto para que a criança também possa se sentir mais confortável no ambiente escolar.

A escola deve sempre envolver a família nas atividades escolares, porém, é importante salientar que não deve chamar a família para expor os problemas dos alunos, mas sim envolver em projetos, em festas, em desfiles escolares, entre outros fatores inerentes ao bom desenvolvimento da relação de alunos e professores.

Paro (1997), afirma que:

A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano (p. 30).

Desta forma, o estudo justifica-se pelo de a parceria escola e família ser um elo que faz parte do dia a dia e deve estar presente na escola para que o processo de ensino e aprendizagem possa desenvolver-se de forma mais participativa e que todos possam envolver-se para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do educando.

Quando a escola trabalha em parceria com a família o aprendizado do aluno é mais significativo, uma vez que a família contribui nesse processo, sendo assim, o principal favorecido é o aluno. É importante destacar que a escola sozinha não consegue formar o processo de ensino e aprendizagem do aluno, mas sim através de uma parceria, onde todos, família, escola e o aluno são envolvidos para que a educação seja mais significativa.

Escola e família devem estar unidos para que a participação seja efetiva e possa contribuir para que a gestão democrática seja trabalhada em todos os aspectos na escola, principalmente na formação de seres humanos mais significativos. Tem a participação da família na escola um papel fundamental, pois, a partir dele são trabalhados os aspectos que são inerentes e necessários para o pleno desenvolvimento do aluno enquanto ser social que se encontra em formação.

Diante do que a escola tem esperado e mesmo exigido do aluno, com base inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – documento criado em 1998 para contextualizar conteúdos com o cotidiano do aluno, nortear a elaboração dos livros didáticos e capacitar melhor os seus professores – a família tem um papel importante na cooperação do processo de aprendizagem escolar, uma vez que os educandos em questão são crianças e que, muitas vezes, já começam a manifestar sinais dos conflitos e angústias próprias de estudantes.

Neste sentido, fica evidente que a participação da família na vida escolar dos alunos tem um papel fundamental e contribui de forma significativa para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, fato este que foi mencionado pelos educadores, bem como também pelos pais, conforme pode ser constatado na pesquisa realizada junto aos pais.

O interesse em pesquisa sobre a relação entre família e escola surgiu durante o período de trabalho como gestora escolar, visto que as queixas trazidas pelos professores e pais estavam voltadas às dificuldades que se encontravam em relação ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Diante desta problemática e interessada em compreender qual o papel da família e da escola, além de observações quanto ao comportamento inadequado dos alunos de uma forma geral.

Diante do interesse em compreender a importância da participação da família no processo de ensino e aprendizagem e também na intenção de investigar a origem de tais problemas, sobretudo, examinar as possibilidades de formalizar a relação entre a família e a escola; identificar quais as funções que os pais exercem como é o vínculo e a vivência entre os membros e o que os familiares depositam e esperam dessas crianças e da escola que estão em processo de aprendizagem.

Diante disto, a problemática desta dissertação se constitui em: ¿Quais propostas que a gestão da Escola Corujinha Feliz tem para manter a parceria entre escola e família e quais os fatores que podem ser acarretados na falta da parceria escola x família?

Objetivo Geral do trabalho consiste em: Analisar a participação da família e suas implicações no ensino aprendizagem da criança Fundamental I na Escola Municipal Corujinha Feliz: Porto Seguro-Bahia.

Foram descritos cinco objetivos específicos:

1. Descrever se a estrutura da escola é adequada para desenvolver atividades com a participação da família no processo educativo;
2. Identificar os fatores que levam a família a não estarem em um só propósito com a escola;
3. Verificar os problemas causados pela falta de participação da família no desenvolvimento escolar dos alunos.
4. Descrever as propostas que a gestão escolar tem para manter a parceria entre escola e família;
5. Descobrir os materiais didáticos disponíveis na escola que propõem a participação da família.

A dissertação está organizada em oito capítulos que abrange desde a história sobre a família permeando sobre as políticas e diretrizes educacionais em âmbito nacional, quanto sobre o papel da família no processo de ensino e aprendizagem, apresentando as causas e consequências geradas pela ausência da família.

O primeiro capítulo traz uma abordagem sobre a família, dá ênfase às considerações sobre a evolução histórica da família, bem como a importância da mesma no ambiente escolar.

O segundo capítulo apresenta as diretrizes e política para a educação infantil no Brasil, apresentando de forma sucinta e significativa para uma melhor compreensão do que se pretende alcançar.

O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre a participação da família no ambiente escolar e a importância para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

No capítulo quatro, vêm apresentando as estratégias para estreitar as relações com a família e os desafios atuais para que esses laços se estreitem.

No capítulo cinco aborda a importância da formação continuada para os professores.

O sexto capítulo apresenta a metodologia adotada para o desenvolvimento e a apresentação da caracterização da instituição pesquisada.

O sétimo capítulo apresenta a discussão sobre os dados coletados na pesquisa, junto aos pais e professores para observância o que foi proposto visando promover uma discussão dos dados e dos autores referenciados, também apresenta a observação participante da parceria família e escola.

E ao final são contextualiza as considerações finais a respeito da pesquisa realizadas com possíveis recomendações para instituição e professores.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A FAMÍLIA

1.1 Considerações históricas

A família é uma instituição milenar. Sua origem, seus sinais, suas atribuições, ora mais incisiva, ora mais frouxa e sofrendo ao longo dos séculos as mais variadas influências por parte do Estado, da Igreja e ainda assim, mantida e porque não dizer, reforçada.

Segundo Engels o termo família originou-se de *famulus*, que significa escravo doméstico; foi inventado pelos romanos para designar um novo grupo social que surgiu para suprir a necessidade de mão-de-obra agrícola. Este núcleo era subordinado ao chefe da casa, vivendo sob seu poder a esposa, os filhos menores, assim como os escravos (Carvalho, 2000).

Carvalho (2000, p. 31) complementa: esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com poder de vida e morte sobre todos eles, o *paterpotestas*. Desde os tempos mais remotos, pode-se verificar que a família ocupou um lugar de acolhimento, entre as pessoas que mantinham vínculo de afinidade.

No período medieval, a família esteve obscurecida, sendo a linhagem sua principal forma de constituição que subsistia no silêncio. O sentimento de família ligado a casa, ao seu governo, à emoção da presença da criança esteve sufocado nesse período. O Estado franco regia com bastante rigidez as relações entre as pessoas e, com isso, o papel do homem de família não encontrava muita utilidade. Observava-se, porém, que aos sinais enfraquecimento do Estado o sentimento da família, sua proteção, era renovado, fortalecido (Ariès, 1981):

A partir do século XVI, com o enfraquecimento do modelo medieval, a família moderna, com o pai no comando e a mulher e filhos em submissão, tornava-se a base da sociedade, do Estado (Ariès, 1981, p. 214).

Floresciam, assim, a partir desse período, as imagens da família moderna, com os pais e os filhos (a introdução da presença da criança no seio da família foi um marco para a família moderna), com o sentimento próprio de família. Desde então a família evoluiu como instituição de autoridade e necessidade à sociedade.

A instituição familiar tem revelada importância para a sociedade. Não obstante todas as intempéries vivenciadas nos contextos sociais urbanos das regiões periféricas como a violência, desemprego, falta de assistência pública de qualidade na área da saúde, educação e segurança, o olhar da sociedade ainda é focado na instituição familiar. Destaque para a escrita de Carvalho (2000) que constata:

A família é revalorizada na sua função socializadora. Mais que isso: é convocada a exercer autoridade e definir limites. Espera-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes. Família e sociabilidades sócio-familiares se alteram. No entanto, esta não perdeu o que lhe é essencial: suas possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculos relacionais. (p. 16-17).

Vem corroborar com esses argumentos as considerações feitas pela psicóloga e pesquisadora Sylvia Leser de Mello (2000, p.53) e confirmadas pelas observações de outros pesquisadores de que é fato a importância dos laços familiares.

Para Eva Lakatos, “A família de modo geral, é considerada como uma unidade social básica e universal. Básica, porque dela depende a sociedade, universal, pois em todas as sociedades humanas encontra-se, de uma forma ou de outra, a família” (p.159).

Também para M. Amália Faller Vitale (2000), a família tem um papel socializador privilegiado:

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas, é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo (p. 90).

Conforme palavras do antropólogo Geraldo Romanelli (2000, p.74), a composição doméstica dessa instituição denominada família “[...] funda-se nos laços de parentesco criados por relações de aliança estabelecidas pelo casamento – ou mesmo por uniões consensuais – e por vínculos de descendência e de consanguinidade”.

No Brasil, a organização das famílias foi marcada por uma característica plural tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira composta pelo branco, o negro e o índio. Este modelo familiar não se encaixava no modelo de família-padrão, patriarcal e de origem ibérica e nem apenas no modelo nuclear burguês de inspiração vitoriana com sua rigidez moral. Este modelo só foi introduzido no Brasil a partir do processo de modernização urbanização/industrialização, que ocorreu no início do século XX.

É importante salientar, portanto, que embora exista essa diversidade no processo de formação das famílias brasileiras, esse modelo de origem européia constituída por marido, esposa e filhos biológicos ou adotivos sempre teve predominância. Na última década do

século XX, por exemplo, esse tipo de arranjo doméstico no Brasil ainda é superior a 50%, segundo pesquisa do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Kaloustian, 1998).

Nesse mesmo período, contudo, observamos também que as chamadas “famílias matrifocais, formadas por uma mulher, juntamente com seus filhos, resultantes de uma ou mais uniões, e um companheiro, permanente ou ocasional estava em torno de 15% contra 9,5% em 1970” (Romanelli, 2000, p. 74), o que aponta para um movimento ascendente desse tipo de arranjo familiar.

As transformações nos arranjos familiares no Brasil ganharam mais legitimidade com a instituição da Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977 –Emenda Constitucional nº 9, proposta pelo Senador Nelson Carneiro – também conhecida como a Lei do Divórcio. Se antes de tal lei já não se podia pensar, histórica e antropológicamente falando, em um modelo-padrão de organização familiar como constata a historiadora social Gizlene Neder (1998, p. 28), com e após a promulgação da Lei do Divórcio, tal ideia se tornou ainda menos real.

Reforçando esse fato, a psicóloga e pesquisadora Sylvia Leser de Mello (2000, p.53) afirma que família regular com pretensões de universalidade na realidade não existe mais. Diante desse fato, não se pode agir de forma preconceituosa com uma atitude de valorização do modelo idealizado e acabar por discriminar as famílias que não se enquadram neste modelo. Menos ainda, com rótulos de famílias desestruturadas ou incompletas.

Tomando a família como uma unidade social devemos considerar todo o contexto sociocultural no qual a família está inserida e também todo o processo histórico de sua formação. Neste sentido não existe apenas uma definição de família. Para Mello (2000, p.53) “as variações possíveis exigem a qualificação, ou seja, de que família estando falando, de que país, de que extrato social e de que momento”.

No caso da família brasileira, a influência do branco europeu e do negro africano foi muito importante. Nesse contexto histórico temos a família escrava, vista como inferior e a família nuclear burguesa.

Mesmo com o fim da escravidão no século XIX, prevaleceu na sociedade essa visão de inferioridade da família negra aos olhos do homem branco. O preconceito a essa família, ainda que a partir do fato histórico da abolição da escravatura passaria a ser parte da constituição familiar brasileira, é um fato. Por outro lado, tem-se a família idealizada que é branca, de olhos azuis, oriunda do povo europeu e reforçada pela ideologia católica como a família-padrão. A recém inaugurada República tinha a marca da família nuclear burguesa.

O século XX seria o momento histórico de a instituição familiar tomar forma na composição social do Brasil, com atenção à segunda metade do século. A segunda metade do século XX no Brasil, com o processo da industrialização de sua economia promoveu um acelerado movimento de urbanização a partir do êxodo rural e que teve conseqüências no arranjo das famílias.

A população rural foi atraída pelas possibilidades de aumento da fonte de renda com o trabalho assalariado da indústria em contraste com as dificuldades de sobrevivência no campo em decorrência, principalmente, da implantação dos grandes latifúndios produtivos. Desencadearam-se então mudanças na estrutura familiar que tinha contornos claramente focados no modelo de família nuclear.

Nesse ínterim, a família pareceu ser descartável durante os anos decréscimo econômico, que teve início no processo de industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek. Esse processo de desenvolvimentos e ofuscou durante os primeiros anos de ditadura militar da década de 60, mas que voltaria a todo vapor na década de 70, quando se mostrariam os primeiros sinais de agonia do regime militar.

Durante esse período a família perdeu a função social de proteção e de grupo de pertencimento. A proteção e reprodução social ficariam a cargo do Estado, no denominado modelo Welfare State, ou o Estado de bem-estar social, de origem predominantemente européia.

O Estado, porém, não foi cumpridor do papel de proteção, desenvolvimento e inclusão social. A família deveria continuar ocupando seu lugar como instituição social. Argumentos de Carvalho (2000, p.17) reforçam esse fato ao afirmar que a família continua sendo lugar privilegiado de proteção e de pertencimento e que “não perdeu o que lhe é essencial: suas possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculos relacionais”.

Ao longo dos anos 1970 e 80, o Estado brasileiro busca organizar esse “Estado de bem-estar social”, na tentativa de satisfazer algumas demandas da população desprotegida. Entretanto, desde início, jamais o Brasil considerou os gastos com políticas sociais como investimento capaz de criar uma maior eficiência econômico-produtiva e, assim, gerar novas e maiores riquezas o que viria a minimizar os efeitos da grande concentração populacional nas cidades e nas desigualdades crescentes, provocadas pela aceleração do desenvolvimento capitalista. A maior parte das políticas adotadas no Brasil sempre foi destinada mais para “remediar a pobreza”

Às populações do Terceiro Mundo, incluindo aí o Brasil, essas medidas de proteção por parte do Estado não passariam de seu imaginário, conforme relato de Carvalho afirmando

que “[...] embora em realidade continuas seminaringíveis para a maioria da população dos então chamados países do Terceiro Mundo” (Carvalho, 2000, p.14).

A década de 1980 foi marcada por crises financeiras, e desempregos. Planos econômicos frustrados na esfera nacional deixavam a estrutura social abalada. Era mais uma evidência do fracasso e da ausência do Estado. Esse conjunto de fatores culminou também com necessidades legais de aperfeiçoamento e legitimidade para esses novos arranjos familiares.

Para tanto, no campo legal vieram agregar-se a já validada Lei do Divórcio em 1977, a nova e atual Constituição Federal (CF) promulgada em 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, bem como a aprovação da Lei Federal nº 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reforçaria o aparato legal a essas outras propostas de família.

O anacronismo das leis anteriores já não mais era compatível com a realidade social brasileira do final do século XX também no que diz respeito ao lugar da mulher na sociedade. Antes da CF de 1988 a mulher estava num degrau de inferioridade em relação ao homem. Na atual constituição lemos no artigo 5º, I, “homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos desta constituição”.

Na mesma Carta, o artigo 226 traz profundas mudanças também nas relações conjugais que trata das questões relacionadas à família e vem declarar a importância de sua função social bem como definir a função do Estado de proteção a essa família, conforme cita o texto constitucional:

Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

5º Os direitos e deveres da sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. [...]

Importante destacar, a partir de então, o surgimento de um arranjo familiar em plena expansão e que Romanelli(2000, p.74) chama de famílias matrifocais, em que a mulher juntamente com seus filhos, resultantes de uma ou mais uniões, e um companheiro, que pode ser permanente ou ocasional,estabelece uma nova família.

O parágrafo terceiro traz outro ponto determinante nas possibilidades de novos arranjos familiares com direitos assegurados. Trata-se da união estável, reconhecida em 2002 com a revisão do Código Civil (CC), que amparada na legalidade concedeu, ao concubinato, os direitos outrora restritos aos pressupostos legais do casamento.

É, pois, de fundamental importância que, ao fazermos quaisquer referências à família brasileira, ajamos com o respeito à diversidade, desprovidos de preconceitos e focados em práticas reais de tolerância. Cabe aos profissionais que lidam com a diversidade de arranjos familiares, como o educador, não se limitarem aos seus conhecimentos profissionais, mas também ter a sensibilidade para compreender as diferenças inseridas nessa diversidade.

Ao dar-se historicidade às diferentes composições familiares após tais constatações é importante destacar um fato: devemos abandonar a ideia deque existe ou deveria existir um tipo de familiar melhor, regular, padrão ou “normal”. Do mesmo modo, abandonar a ideia de que as famílias cujo arranjo daquilo considerado pelo senso comum como padrão ou regular, são “irregulares” e “desestruturadas”.

1.2 Conceitos de família

Ao longo da história a família sofreu algumas transformações importantes entre elas, à mudança do modelo (mãe-submissa, dona de casa, sem direitos constitucionais/ pai- redentor de poderes, comandar), hoje podem ver filhos de mãe solteira, netos criados pelas avós, casal de homossexuais que são pais de família.

Com tantas mudanças e afazeres a família não tem tanto tempo para dar a devida atenção à educação, o que é uma preocupação para a sociedade, por isso o governo constituiu leis e artigos que fundamentam o dever da família no processo de escolaridade do aluno, conforme publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes no Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e55; Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: utilizar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio

portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento da família e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12.

Conforme a declaração do Ministro Paulo Renato Souza do MEC, que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola, diz que “quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais”. Deve-se lembrar de que o papel da escola é ensinar e educar, a escola faz a parte dela e os pais têm que fazer a deles. São duas partes que tem extrema importância no aprendizado do aluno, porém uma não possui vantagem que a outra parte não colabora.

1.3 A educação escolar brasileira no contexto familiar

No Brasil, as instituições escolares passaram a fazer parte da vida das famílias e, obviamente, de maneira muito excludente, somente a partir da Proclamação da República em 1889.

Na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ainda com o fervor republicano e com as possibilidades reais de democracia, educadores e políticos com anseios e intenções genuínas na educação do povo entraram em cena. Para citar alguns temos: Cesário Mota, Caetano de Campos, Bueno dos Reis Júnior e Gabriel Prestes. Tais personagens tinham clareza que a prosperidade da jovem República dependia da educação da sociedade. Cesário Mota, então Secretário do interior, argumentava em 1894:

A democracia sem a instrução será uma comédia, quando não chegue a ser tragédia. É que a República sem a educação inteligente do povo poderia dar-nos, em vez do governo democrático, o despotismo das massas, em vez de ordem, a anarquia, em vez da liberdade, a opressão (p.59).

Contudo, o que nos mostra a história, é que na chamada “República Velha”, na prática tínhamos uma escola dualista e para poucos. Dualista no sentido de que uma era a escola oferecida para a elite dominante e outra a que era oferecida para a classe inferior de negros e pobres. Portanto uma escola para poucos, no sentido de serem em pequeno número as escolas públicas e isso considerando São Paulo e Rio de Janeiro.

Fato é que a luta de uns poucos em prol de uma escola primária de qualidade e que desse uma formação básica para a grande massa de trabalhadores brasileiros não vingou.

Inquietações se manifestaram em meio aos líderes militares republicanos que estavam no controle político da Velha República e que traçavam um conjunto de possibilidades com fins a implantação de um projeto que construísse a ordem burguesa no Brasil. Esse projeto dos republicanos militares tinha como referência o Positivismo de Augusto Comte que se manifestou no Brasil nas últimas décadas do século XIX e que enxergava na Educação o carro chefe para o ideal positivista de “ordem e progresso”.

Notoriamente as inquietações desses líderes não diziam respeito a políticas de inclusão dessas famílias negras e agora livres e também dos pobres. Muito pelo contrário, conforme relata a historiadora social Gizlene Neder (1998), nos seguintes termos: “Ao lado das formulações mais gerais acerca da Educação, outra questão pairava sobre as consciências: como garantir a continuidade da exclusão dos homens pobres e livres (agora um contingente numericamente expressivo, com o fim da escravidão) do acesso à propriedade da terra?” (p.32).

De maneira muito dissimulada, agiam como tendo alguma preocupação com essa gente, expressando palavras vazias com relação à educação dos pobres e negros. Não tinham interesse algum nessa massa de ex-escravos segundo descreve Neder.

Da mesma forma, a Educação não é senão mencionada enquanto estratégia para a saída da crise que levou ao fim do regime monárquico e da escravidão no Brasil. No conjunto, acreditava-se na inoperância de qualquer política educacional para uma massa de ex-escravos, ‘biologicamente inferiores’(p.32).

Com o passar do tempo, uma vez que os militares saíam de cena e entravam as oligarquias dominando a máquina do Estado, menos ainda se preocupavam com a educação das camadas populares, porque “de que adianta boas escolas, com ensino de qualidade, para seres “inferiores”, incapazes de aprender” (p. 33).

Até a década de 20, tivemos uma escola primária, ainda que para poucos, com razoável padrão. Verdade é que, com o intuito de oferecer essa escola a um número maior de pessoas, foi diminuído o tempo dessa escola de cinco para dois anos. Esse fato foi o germe para uma escola de faz-de-conta.

Uma escola sem qualidade e que estaria apenas servindo aos interesses da classe dominante. A sociedade brasileira em sua maioria não tinha ainda, em decorrência de uma cultura colonial de domínio e submissão; o vigor suficiente para empreender uma luta e nela perseverar a fim de garantir a continuidade de suas conquistas. Como prova disso, mesmo com as inquietações políticas e democráticas manifestas durante a década de 20, e que culminou na revolução de 1930, não se garantiu melhorias educacionais para o povo.

O propósito de uma escola secundária democrática, a partir da reforma educacional em 1931, não se consolidou. Perpetuou-se por meio dessa modalidade de ensino a mesma escola dualista destinando-se apenas em ampliar a classe dos privilegiados.

Contudo, ocorriam nesse período, por iniciativas de educadores como Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho reformas educacionais em alguns estados como São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro.

Em 1932, é divulgado como fruto do árduo trabalho desses educadores um documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, cuja principal bandeira era defender uma educação pública, gratuita e laica para todos os brasileiros.

Mas durante o período histórico de 1937 a 45, as forças dominantes levantaram-se contra as práticas democráticas, instalando um regime político de tendências fascistas. Imperavam novamente as práticas refratárias à democracia no Governo ditatorial de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

Nesse período, surgiram algumas tentativas de políticas públicas na área da educação já com um viés no autoritarismo nazifascista que de igual modo excluía os pobres e negros, visto que os ideais de educação prevaleciam na direção da elite dominante. Esse continuava sendo seu público alvo.

Contudo, resistindo a estas ofensivas antidemocráticas, gradativamente os sistemas estaduais de ensino iam organizando-se. A Igreja também não esteve de toda ausente. Esta, que no início da República estivera separada do Estado e que agora mantinha relações mais amigáveis, era uma instituição com alguma experiência a oferecer no campo da educação através de sua prática no serviço social. Surgiam assim as escolas confessionais, mas que nutriam no seu interior o mesmo preconceito às famílias não regulares, não européias, não brancas.

Após a era Vargas, já em meados do século XX, a luta por uma escola pública de qualidade e para uma maioria continuava sendo bandeira para educadores como Anízio Teixeira que em 1956 foi conferencista do Primeiro Congresso Estadual de Educação Primária defendendo “uma escola primária, eficiente e adequada, para todos” (p.51).

A Constituição Federal de 1934 já defendia esse tipo de escola, mas só 27 anos depois, como resultado da luta, em 1961 seria promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 4024/61.

De acordo com esta lei, a educação pré-primária destinava-se aos menores até sete anos e era ministrada em escolas maternais ou jardins de infância. O ensino primário, de cunho obrigatório e estruturado em quatro séries anuais, destinava-se aos alunos com idade a

partir de sete anos e eram ministrados na língua nacional. Segundo o artigo 25, tinha por fim o “desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social”.

O ensino médio abrangia dois ciclos: ginasial e colegial. O ginasial para alunos na faixa etária de 11 a 14 anos, com duração de quatro anos. O colegial para alunos de 15 a 18 anos, com duração de no mínimo três anos. Este ensino também atendia os cursos secundários e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Em 1971, portanto dez anos depois, é apresentada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 5692/71, na realidade uma reforma da Lei 4.024/61. Poucas mudanças de uma para outra. Ambas garantiam 180 dias letivos de aula durante o ano e que a escola seria custeada pelo dinheiro público. Contudo, somente a Lei 5692/71 menciona a obrigatoriedade do ensino de 1º Grau que passou a ter oito anos obrigatórios e teve como acréscimo no currículo algumas disciplinas, entre elas: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde, Língua Nacional e Ensino Religioso.

Essa lei estabeleceu, tanto para o 1º grau com oito anos de escolaridade obrigatória, quanto para o 2º grau, não obrigatório, em seu Art. 1º que: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (LDB 5692/71, p.1).

No período compreendido entre essas Leis e a atual LDB o ensino teve um molde predominantemente tecnicista, ou seja, um ensino como uma atividade centrada na explicação do professor e cuja aprendizagem se dá de forma decorativa de explicações e do livro didático. Nesse período tiveram bastante ênfase as escolas técnicas.

Na década de 80, o Brasil passou por mudanças significativas, pois foi um período de abertura política e de reorganização da sociedade em que questões importantes começaram a ser tratadas na área da educação. A atual LDB ampliou o ano letivo para 200 dias e carga horária mínima de oitocentas horas para a educação básica composta por: educação infantil do zero a seis anos, ensino fundamental dos sete ao quatorze e ensino médio com duração mínima de três anos.

Nessa atual Lei o ensino tem referencial nas concepções construtivistas, com um misto de direcionamento e liberdade e deve levar em conta os conhecimentos prévios do educando. (LDB 9394, Art. 3º. Incisos IV e X). Na concepção dessa Lei, o educando será também autor de sua aprendizagem, não mais se limitando apenas às informações do professor ou aos materiais didáticos. Nesse contexto é imprescindível que a educação escolar se dê num

ambiente democrático norteado por práticas de liberdade e respeito onde educador e educando tenham acesso à fala, onde o educando participe da construção de seu conhecimento.

Segundo os resultados dos estudos elaborados e organizados por Penine Vieira (2004, p.69) para o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a democracia pode ser entendida como valor e como processo. Valor no sentido de algo que é bom, no qual se acredita e, no qual se pressupõe a possibilidade de uma vida melhor e desprovida de preconceitos.

Processo no sentido de que democracia não se compra e nem se ganha, mas se conquista numa permanente construção. Democracia vem da palavra grega, demos que significa povo. Na sociedade politicamente organizada sob o regime democrático é o povo que detém o poder soberano para eleger seus representantes (democracia representativa) para os cargos majoritários, o Executivo (presidentes, governadores e prefeitos) e no Legislativo (senadores, deputados e vereadores).

No que tange à educação podemos mencionar que: educação e democracia são coisas que devem caminhar juntas. Democracia implica em educação e em como o conhecimento escolar coopera para as práticas democráticas.

Nesse contexto é oportuno destacar o ideário democrático de Paulo Freire (2003) defensor de uma educação democrática, sem exclusões e com fins a cumprir o papel social que lhe é atribuída, uma vez que:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito, aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (p.231)

Mas a prática educativa em seu âmbito pedagógico e que se afirma democrática, não pode perder de vista a tensa relação entre autoridade e liberdade. Autoridade sem o autoritarismo, porém, não licenciada. Liberdade que reconhece e assume o limite a si mesmo, bem como limite à autoridade, pois do contrário não teríamos exercício de democracia. Esta estaria viabilizada sem o equilibrado exercício entre autoridade e liberdade, como corrobora com essa posição Paulo Freire ao enfatizar que: Assim como a liberdade precisa de assumir o limite a si mesmo como algo necessário, a autoridade precisa fazer de fazer-se respeitar. O desrespeito a ambas inviabiliza a democracia na família, na escola, bem como na sociedade politicamente organizada (p.197).

Os fatos descritos tiveram por finalidade esclarecer um pouco a origem do sistema de ensino público. Excludente e preconceituoso com as camadas populares, e que hoje, vencida a etapa da quantidade, a luta trava-se no campo da qualidade, ainda sofrível.

2. AS POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

2.1 As políticas educacionais para a educação infantil no Brasil

De acordo com a Constituição de 1988, a responsabilidade financeira pela educação é dividida entre os governos federal, estadual e municipal. Determinados percentuais da receita fiscal são destinados à educação e compõem um fundo educacional. Esse fundo, instituído por Emenda Constitucional em 1996 e implantado em 1998, se chama FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Estados e municípios são obrigados a repassar para a educação 25% das receitas de impostos e a gastar 60% dessa quantia (ou seja, 15% das receitas fiscais) no Ensino Fundamental. O restante cobre outras despesas, incluindo educação infantil. Com o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), uma revisão proposta para o FUNDEF que ampliará a cobertura ao ensino médio e à educação infantil, a contribuição dos estados e municípios deve aumentar de 15% para cerca de 20% das receitas de impostos para financiar os três componentes da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio 2009 Ministério da Educação (MEC).

A educação das crianças de zero a cinco anos em instituições de Educação Infantil em crescendo de forma acelerada, em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição incumbida de cuidar e educar seus filhos nesta faixa etária dando acesso a estas instituições, direito da criança desde a Constituição de 88.

Nos últimos anos houve-se um grande avanço na garantia desse direito, com a Emenda Constitucional n.º 59, em vigor desde novembro de 2010 uma vez que a educação básica obrigatória e gratuita vai se iniciar aos 4 anos e se concluir aos 17, devendo ser equalizada, até 2016. Na prática, com a nova legislação, houve inclusão da educação infantil e do ensino médio entre as obrigações governamentais. Antes, havia a obrigatoriedade da oferta. Agora, vai haver a obrigatoriedade da matrícula dos alunos.

A normativa reforça a importância de se investir no campo educacional de modo a proporcionar a esses alunos não só o direito a matrícula, mas a garantia de uma educação de qualidade. A criança tem o direito (não a obrigação) de frequentar uma instituição de educação infantil, todavia, o Estado tem o dever de atender esse direito, conforme a

Constituição Federal de 1988. "A educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado" (art. 208, IV da Constituição Federal).

A faixa etária de 0 a 3 anos merece atenção urgente, para que sejam enfrentadas, no mínimo, as questões da pobreza e da desigualdade social. A integração das creches ao sistema educacional traz diversidade e flexibilidade aos tipos de serviços oferecidos e fortalece o vínculo pedagógico da educação infantil. Os recursos da área social poderiam ser transferidos para a educacional, ou permanecer na área social para servir de suporte familiar à educação infantil. Neste sentido, o governo federal deveria aumentar seus recursos para a educação infantil. Dando suporte a formação e a qualificação dos educadores que trabalham com a primeira infância deveriam ser mais especializadas.

Os gastos com educação infantil no Brasil diminuíram nos últimos anos em comparação com outros níveis educacionais. O país tem uma crescente necessidade de investimentos na educação infantil, para que possa cumprir as metas do Plano Nacional de Educação de 2001 e enfrentar os problemas relacionados às disparidades.

Há pouca margem para melhoria da eficiência, e o aumento da participação da iniciativa privada precisa ser visto com cautela, por trazer um impacto negativo sobre a desigualdade do atendimento. Para enfrentar os problemas de financiamento, é essencial aumentar os recursos do governo federal.

O fornecimento de educação infantil é responsabilidade dos municípios, que têm autonomia de ação. Portanto, qualquer município pode criar, administrar e supervisionar seu próprio sistema de educação infantil ou optar por seguir o sistema estadual. Os estados não se envolvem na oferta de serviços de educação infantil, mas são responsáveis pela regulamentação e supervisão de quaisquer serviços existentes nos municípios que não implantaram seu próprio sistema. Os estados também são responsáveis por oferecer cursos de formação para professores de educação infantil.

2.2 As Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional

O termo usado no Brasil para se referir especificamente a um serviço de atendimento a crianças de 0 a 3 anos é 'creche' – um dos dois tipos de serviço de educação infantil. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996, o termo 'educação infantil' se refere tanto ao cuidado quanto à educação de crianças de 0 a 5 anos. Portanto, educação infantil é realizada mediante serviços específicos para duas faixas etárias: creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos.

A educação infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos, Rebelo (2011):

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31 Na educação infantil a avaliação faz-se mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (p. 88).

É importante destacar, além do que já comentamos a respeito da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Rebelo, (2011):

- 1) A necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo-se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. O desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos torna-se imprescindível a indissociabilidade das funções de educar e cuidar.
- 2) Sendo a ação da educação infantil complementar à da família e à da comunidade, deve estar com essas articuladas, o que envolve a busca constante do diálogo com as mesmas, mas também implica um papel específico das instituições de educação infantil no sentido de ampliação das experiências, dos conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.
- 3) Ao explicitar que a avaliação na educação infantil não tem objetivo de promoção e não constitui pré-requisito para acesso ao ensino fundamental, a LDB traz uma posição clara contra as práticas de alguns sistemas e instituições que retêm as crianças na pré-escola até que se alfabetizem, impedindo seu acesso ao ensino fundamental aos sete anos.
- 4) Avaliação pressupõe sempre referências, critérios, objetivos e deve ser orientadora, ou seja, deve visar o aprimoramento da ação educativa, assim como o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança deverá ter como referência objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da instituição e o professor.(p. 58).

Diante deste contexto, uma das partes mais importantes da LDB Lei nº9394/96, é a que trata dos Profissionais da Educação. São sete artigos que estabelecem diretrizes sobre a formação e a valorização destes profissionais. Define o Art. 62 que a “formação de docentes para atuar na educação básica faz-se em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admita para formação

mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”.

Há um artigo das Disposições Transitórias que tem uma relevância ímpar para a educação infantil. Trata – se do Art.89, que afirma que “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, e será integrado ao respectivo sistema de ensino”.

Para atender a este prazo, urge que os sistemas de ensino e as instâncias reguladoras da área da educação estabeleçam normas e diretrizes que garantam o caráter educativo das creches e pré-escolas e sua inserção real nos sistemas de ensino, especialmente nas creches que, como é sabido, têm-se caracterizado mais por seu caráter assistencial que pelo educativo.

2.3 As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil

O campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões de como orientar o trabalho junto às crianças de até 03 anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de 04 e 05 anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

De acordo com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de proposta pedagógicas na educação infantil. Sendo a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escola, oferecidas em espaços institucionais.

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010):

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (p.17).

É neste contexto, que a proposta pedagógica das instituições de ensino devem estar fundamentadas e monitoradas para que se efetive de fato e de direito nos espaços educacionais. No diz respeito ao espaço, tempo e materiais segundo a Resolução nº 5 (Brasil,

2009): A educação em sua integridade, entendendo ao cuidado como algo indissociável ao processo educativo. A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, lingüística, ética, estética e sociocultural da criança (p. 19).

A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização. O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças da mesma idade e de diferentes idades.

Assim, as crianças ao ingressarem no espaço escolar, terão possibilidade de desenvolver sua autonomia, se seus direitos forem garantidos, pois as práticas pedagógicas que compõe a proposta curricular devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras para a construção do seu desenvolvimento cognitivo.

2.4 O estatuto da criança e do adolescente – ECA

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu art. 53 afirma que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Portanto, vem ser um direito da criança não somente, seu acesso e permanência na escola, também como espaço adequado para receber os, profissionais qualificados para promoverem-lhes o ensino sistemático, acima de tudo, acessibilidade de espaços, materiais, instruções, transtornos globais de todos os gêneros, a escola juntamente com a família promover a educação baseada em valores para a criança possa crescer e se desenvolver como cidadão.

É um direito segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (p. 22), em seu parágrafo único do art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos

ou pupilos na rede regular de ensino. A constituição Federal, em seu artigo 205, afirma que a educação é um dever solidário do Estado e da família, com o apoio da sociedade; a LDB, no artigo 12, VI, determina que os estabelecimentos de ensino deverão articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. Na perspectiva da autonomia escolar do aluno, a presença da família amplia a legitimidade das decisões a serem tomadas no âmbito da escola, contribuindo para a resposta rápida e eficaz no diz respeito aos problemas educacionais.

3. FAMÍLIA E ESCOLA

3.1 O papel da família no processo de ensino e aprendizagem

Ter um filho é algo muito sério, precisa à pessoa ter um amplo planejamento e claro, não é necessário ter muita idade até adquirir está maturidade, para ter e criar um filho, e sim um grande conhecimento de si mesmo para saber, discernir quais são as prioridades na vida naquele determinado momento. Nessa fase da nossa vida se cruza com outros objetivos que temos na vida como: trabalho, faculdade, diversão e responsabilidade de conduta.

Claro, isso tudo só será possível se os pais no momento da concepção de ter o filho se planejem e preocupe-se em como será o futuro dessa criança, levantando o questionamento de se estar nesse momento da vida preparado para ser mãe ou pai. Uma preocupação recorrente hoje em dia é a de ter estabilidade profissional ou financeira para custear as despesas que viram logo à frente quando tiver a criança, como na compra de fraudas, remédios, material escolar, roupas que mudam uma barbaridade, enfim, uma série de fatores. Isso em consenso entre o casal para não ser um acidente ter um filho.

Conforme Grunspun, (2004) diz que:

Conseguindo suprir impulsos conflitivos e recebendo a ajuda na escolha dos seus julgamentos, a criança se capacitará a enfrentar a realidade. A autoridade orienta a criança em sua evolução da fase inicial somente instintiva, com busca de prazer pela satisfação das necessidades, para a outra fase em que passa a sentir sofrimento causado pela realidade (p. 35).

Portanto, a família deve ensinar num primeiro momento o certo e errado e corrigir certos vícios da criança como o egoísmo, comum nessa idade. Ela só pensa nela e age sempre numa perspectiva que só vale o que ela pensa. Cabe aos pais corrigir essas atitudes para expandir mais a visão dela de mundo mostrando que não é só ela que conta, que deve tomar decisões que vão interferir no convívio de outras pessoas, cabendo ter a consciência de tomar a melhor atitude.

Segundo Berlim (2010):

O lar deve ser o casulo no qual a criança dará seus primeiros passos para se sentir segura, protegida, amada, respeitada, ouvida envolta em uma esfera de carinho e afeto que irá produzir segurança. Este perdurará para o restante de sua vida, tornando-a uma pessoa de sucesso em todos os aspectos (p. 57).

Com base na citação acima, esta fase é crucial porque nesse momento que ocorre o desenvolvimento da personalidade da criança, primeiro com os familiares, depois com a escola, sendo determinantes em como esse indivíduo vai agir na fase adulta, porém mesmo na fase adulta pode ainda acontecer mudanças, mas é mais difícil, pois concepções adquiridas na infância marcam e determinam como agiremos no resto de nossas vidas.

Conseqüentemente esse acompanhamento de perto, permite aos pais ter a capacidade de saber qual o melhor momento para colocar na escola e quando ela está preparada. Esse primeiro momento de deixar a criança na escola tem que ser bem trabalhado para que se adapte bem a ideia de ficar um tempo longe dos pais, pois o sentimento de resistência é comum nessa idade.

Grunspun, (2004) argumenta que:

É conhecer e perceber. É procurar e conseguir entender as razões dos filhos. Dar o devido apreço às intenções sem fazer muitas comparações com o "nunca" e o "sempre", dando valor o valor para a intenção atual. Examinar o significado das ações sem impaciência para avaliar os resultados e as conclusões. É ter habilidade de enfrentar os assuntos dos filhos com inteligência. É ter habilidade de enfrentar os assuntos dos filhos com inteligência. É a atitude que se opõe a hostilidade (p. 125).

Buscar um acompanhamento de profissionais como pediatras e psicólogos para ajudarem e auxiliarem nessa etapa é essencial, a escola também é muito importante, mas são cuidados que devemos ter. Ouvir a criança é muito importante, mas são cuidados que devemos ter. Ouvir a criança é muito importante, saber sua opinião, como está se sentindo, o que acha da escola, ajudando a detectar possíveis problemas típicos dessa etapa como: bullying comum nessa idade, abusos, e o que aprendendo na escola.

Cury (2007), diz que:

Nunca valorizem um defeito físico de alguém ou um comportamento de alguém que vocês achem estranho. Valorizem suas qualidades e respeitem as diferenças. Jamais coloquem apelidos que diminuam as pessoas. Mesmo em tom de brincadeira, não copiem programas de humor que deboçam das características dos outros para fazer a platéia a rir. Os verdadeiros pensadores são apaixonados pela humanidade, conseguem colocar-se no lugar dos outros e enxergar o invisível (p. 101).

Crianças adotadas também entram nesse processo de auto avaliação, pois os pais têm uma preocupação adicional; a de como vai ser tratada a criança nessa situação: se abrem o jogo logo desde início ou se escolhem quando será o melhor momento para contar. A situação com os coleguinhas, as crianças de menos idade que tudo é motivo para piadinhas também é outra questão para ser acompanhada, pois deve ser avaliado o quanto a criança está preparada para enfrentar essa situação que infelizmente acontece tanto pra pais heterossexuais quanto para homossexuais.

Saviani, (2007) esclarece que:

O primeiro grupo de teorias concebe a marginalidade como um desvio, tendo a educação por função a correção desse desvio. A marginalidade é vista como um problema social e a educação, que dispõe de autonomia em relação à sociedade, estariam, por esta razão, capacitada a intervir eficazmente na sociedade, transformando, tornando-a melhor, corrigindo as injustiças; em suma promovendo a equalização social (p. 15).

Sabe-se que Problemas sociais como a marginalidade, as drogas comum na adolescência, à puberdade e as amizades são determinantes nessa fase para as atitudes que irão ter como adulto. Nessa etapa da vida, sofrem transformações tanto físicas, pela passagem da adolescência para a fase adulta; quanto psicológicas em que são normais certos conflitos, pois essa fase é muito inevitável tanto para meninos quanto para meninas viverem de forma mais intensa a explosão de sentimentos comum nessa idade.

Cury (2007), diz que:

Bons jovens se preparam para o sucesso. Jovens brilhantes se preparam para as derrotas. Eles sabem que a vida é um contrato de risco e que não há caminhos sem acidentes. Portanto, têm consciência de que ninguém é digno do pódio se não usar suas derrotas para conquistá-lo (p. 44).

Que culminam em importantes decisões como: a profissão que vai querer seguir, a pressão da maratona que é o vestibular, a criação de novos laços afetivos, a vida em dois, o namoro e o estreitamento de uma relação e conseqüentemente a perda da virgindade.

Tudo isso, se não trabalhado na dose certa pelos pais que devem nesse momento aliviar e não pressionar tanto os filhos, confiar no que foi ensinado para que não se desviem do caminho certo, que não sejam fracos e se entreguem as drogas, que não se influenciem por falsas amizades para não cair nessa; amigo que é amigo, não te leva pra esse caminho que é sem volta, que só traz dor para quem está próximo de você e que pode levar a sua vida; fora as conseqüências negativas que isso traz, como a marginalidade, para sustentar o vício, até decepcionar pessoas queridas.

Cabe aos pais, terem um modelo de conduta para não exigir dos filhos algo que eles não vêem em casa e não tem moral para questioná-los. Neste intuito Cury (2007), esclarece que “[...] os frágeis querem controlar as pessoas, os fortes querem controlar o seu próprio ser. Descubra a sua verdadeira força.” (p. 136).

Tudo isso mostra o quanto é importante o acompanhamento dos pais sempre que possível é claro, pois não é para ficarem grudados 24 horas na criança, nem é saudável, pois a criança será insegura sempre, pensará que os pais sempre estarão ao seu lado e se tornam adultos inseguros; mas dosar esse acompanhamento, mostrar que está presente, ensinar o essencial e deixar que ele decida o que é melhor para que possam contar quando precisarem de seus pais tendo algum problema. Isso serve para a quebra de certos protocolos e diminuir a burocracia, estreitando a relação escola e família também.

Cury (2007) argumenta que: A grandeza de um ser humano não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência que não sabe. O destino não é frequentemente inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolha, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos (p. 125).

Não ver nos filhos algo que não foi capaz de ser ou não teve, dar a ele a opção de escolha. Ajudá-lo em tarefas de vez em quando, estudar com ele estreitando relação entre pais e filhos. Mostrar que será um amigo com que ele pode contar, estando pronto para ouvi-lo e ser aquele ombro amigo para ampará-lo.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (2004):

Título II- Capítulo II - Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – brincar, praticar esportes e divertir-se V–participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI – participar da vida política, na forma da lei; VII – buscar refúgio auxílio e orientação (p. 13).

Entre os direitos fundamentais da criança e do adolescente garantidos por leis, alguns equívocos flexíveis de interpretação, que estamos tendo, dificultam a educação dos filhos. O exagero em algumas interpretações da lei impede os pais de punir seus filhos fazendo que cresçam sem limites e sem respeito a regras. Um exemplo é o de algumas leis da constituição sobre punir os filhos e a interpretação exagerada de agressão que muitos têm nisso, pois quando são crianças não punimos e não corrigimos (com diálogo, algo ponderado e sem generalizar esses acontecimentos), quando crescem, são punidos nas ruas por policiais, sendo marginalizados, resultado de uma imprudência, sendo corrigidos então pela vida.

Claro que esse punir não é para deixar marcas, mas para corrigir somente certas atitudes que passam dos limites se tornando necessária uma punição mais

severa. Essa punição não precisa ser física, conversar com ela e fazer reconhecer o erro é o caminho adequado para essa correção.

Saviani, (2007) esclarece que:

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos Acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente (p. 15).

Assim, a família simultânea ao trabalho da escola são um dos principais responsáveis pela educação de uma criança, pois mesmo com as mudanças sociais que estamos tendo e alterações da família patrilógica clássica: pai, mãe e filhos para família em que só um membro é responsável: mãe, pai, avós, tios ou casais homossexuais que são responsáveis pela criação dessas crianças e passar princípios básicos de conduta e convivência. Por isso, é importante que também nos policiemos para sermos admirados por nossos filhos, pois nossa imagem é muito importante para eles, e servimos muitas vezes de exemplo.

3.2 O papel da escola no processo de ensino e aprendizagem

Cabe à escola atender as diversidades que encontra em seus alunos. Buscar entender e resolver através de projetos pedagógicos que necessitam da participação de todos para dar certo. Uma relação mútua que para ter a participação de todos precisa ser algo sério, para ser séria precisa da participação de todos. Esses “todos” se referem não só aos funcionários, mas aos pais dos alunos também. Para isso reunião é um essencial meio de todos serem ouvidos e exporem o que pensam, para que o grupo pedagógico da escola desenvolva a partir dessa reunião um projeto pedagógico baseado nos questionamentos levantados no debate entre funcionários da escola, pais e alunos.

Steinberg, (2005) esclarece que:

No fundo, as crianças valorizam aquilo que acreditam ser valorizado pelos pais. Ao envolver-se regularmente na vida escolar de seus filhos, você lhes mostra o quanto considera a escola importante. Como tempo, eles passarão a sentir a mesma coisa e isso os motivará a levar os estudos a sério. Por outro lado, não importa o que você disser, se não comparecer às reuniões de pais e professores, às competições esportivas e não demonstrar interesse por aquilo que estão aprendendo, seus filhos poderão concluir que a escola não é muito importante (p. 61).

A escola deve desenvolver projetos que estimulem a participação dos pais na escola para saber qual o tipo de educação que os filhos têm em casa para trabalhar melhor a educação de seus alunos em sala de aula. Conhecer os pais é o primeiro passo segundo é criar um vínculo que faça os pais se sentirem mais a vontade de ir à escola, ter espaço para ser ouvido e poder dar sugestões para ver no que pode melhorar para educar seu filho e para acompanhar passo a passo dessa evolução de seu filho na escola. Essa aproximação dos pais com a escola proporciona uma aprendizagem mais tranqüila, permitindo que a criança evolua com mais tranqüilidade.

Conforme Grunspun, (2004) diz que:

Através da disciplina da criança, educamos o homem de amanhã. A educação deve ser orientada a uma finalidade, desde o início até o final Educamos o homem a ser útil à coletividade. Esta necessidade é imposta pela própria sociedade. Não se trata de fazer médicos, engenheiros, advogados e técnicos – mas educar um tipo de conduta, de caráter e de particularidades individuais que construam um ser humano útil a outros seres humanos (p. 69)

Na sala para os educadores é importante detectar aspectos comportamentais dos alunos e analisá-los até onde tais atitudes são prejudiciais, como por exemplo: até quando as brincadeiras passam dos limites, e qual a melhor punição e o desenvolvimento emocional nesse contexto, e corrigi-los com a ajuda dos pais. Enquanto os professores corrigem na escola, os pais corrigem em casa, claro com o consentimento dos pais, até para que aconteça naturalmente este processo. Isto pode ser apresentado em reuniões, individualmente para os pais quando tiverem tempo disponível para conversar com o pedagógico da escola, não sendo necessária a presença na reunião, daí a importância da escola também ter horários flexíveis para atender essas diversidades para alcançar a todos.

Lima (2011) diz que:

Embora palavras como planejamento, organização, direção e controle evoquem imagens de que a administração seja reflexiva, racional e sistemática, há pesquisadores que gastaram um bom tempo observando gerentes em ação, e que chegaram à conclusão de que, na realidade, a administração é mais refletida do que reflexiva, mais emoção do que racionalidade e mais caótica do que sistemática (p. 32).

Porém muitas escolas, não todas, enfrentam problemas como o de demanda ou superlotação de seu espaço, não suportando a quantidade de alunos, resultado de uma gestão falha e que não está preparada para atender a todos. Isso começa com seus funcionários que não estão capacitados e não são valorizados dentro da instituição, falta de empenho de seus profissionais que muito estão desacreditados com o abandono da educação em nosso país. Tudo isso dificulta o foco integralmente desses educadores em seus alunos, pois seus funcionários também têm carências. A grande maioria tem carências técnicas, falta

capacitação e preparo para lecionarem. Vão contra atividades que proporcione a participação familiar, pois a própria postura de alguns professores já desacredita os pais de participarem mais da escola.

Cury (2007) esclarece que:

Os professores são tão ou mais importantes que os psiquiatras, os juízes e os generais. Os professores lavram os solos da inteligência dos jovens para que eles aprendam a ser pensadores, para que eles não adoeçam e sejam tratados pelos psiquiatras, para que eles não cometam crimes e sejam julgados pelos juízes, para que eles não façam guerras e sejam comandados por generais (p. 137).

Nesta perspectiva, esse é um grande desafio para a vida acadêmica de um psicopedagogo estar sempre buscando meios para proporcionar essa aproximação da família para melhor avaliar o aluno. Para isso a capacitação profissional é mais que necessária para preparar o profissional para esse desafio. Sempre esses desafios existiram, cabe a nós estar preparado para enfrentar esse trabalho e a eterna busca, pois permite levantar questionamentos preciosos, um sentimento de constante indagação e superação que ao longo da vida acadêmica é exigida sem acomodação, mas com muita entrega e determinação do profissional.

3.3 Escola e família: possibilidades que essa interação traz para a aprendizagem

Pesquisar, acompanhar o filho em suas decisões, buscar, sempre estar ao lado dele, não exagerar e buscar a opinião e acompanhamento de profissionais que ajudem e auxiliem na compreensão das atitudes dele em suas respectivas idades faz parte da interação familiar na escola.

Para Steinberg, (2005):

Entre todas as maneiras pelas quais você pode se envolver na vida de seus filhos, a atividade escolar é provavelmente a mais importante. A vida deles está tão interligada à escola, sobretudo antes da adolescência, que, além do aspecto acadêmico, o seu envolvimento lhe permitirá saber como seus filhos estão indo em outros aspectos. Além disso, você conhecerá melhor a escola e poderá discutir sua orientação. Estudantes de todas as idades são beneficiados na escola quando os pais participam da sua educação (p. 61).

A participação dos pais com a escola em atividades dá uma maior segurança ao filho, vendo que está sendo amparado e assistido em suas atividades. Conseqüentemente se sente a vontade de participar de festejos e atividades em grupos em que nesta simples atividade demonstra o seu respeito pelo outro, sendo trabalhadas coletivamente e respeitando os limites

de cada um. A partir daí ensinar direitos e deveres dos cidadãos, imporem limites, dizer quando preciso e não quando necessário. Escolhas com bom senso para ser capaz de trabalhar e tirar o egoísmo, impor limites, preparando-o para frustrações e paciência para alcançar seus objetivos.

Mostrando que a interação entre escola e família não só proporciona uma melhor aprendizagem como uma gestão participativa, como uma postura administrativa da escola para que envolva uma ampla esfera formada por pais, empresas e seus próprios funcionários em prol de suprir carências da escola. Fruto das falhas políticas, públicas, que não investem na infraestrutura escolar, e nem na capacitação dos profissionais da educação (dificuldade recorrente).

Segundo Lima (2011) diz que:

As vertentes democráticas, participativas, descentralizadoras e autonômicas representam, assim, algumas das ideias, das promessas e esperanças, mais significativas de certa fase, inicial, dos discursos sobre a reforma educativa. Nunca, é certo, de uma forma perfeitamente congruente a articulada, sem ambiguidades, sobretudo quando objetos de produção normativa e regulamentadora (p. 153).

Para a participação ativa de todos há fundamentação da autonomia escolar um clima favorável para a aproximação dos professores que implica a cada um de seus integrantes se oporem s formas políticas autoritárias que agem com um poder centralizado que impede a integração tanto interna como funcionários, quanto externa como a colaboração da comunidade no espaço escolar e inibidor da participação familiar.

Conforme Lima (2011) diz que:

Traduz capacidade de mobilização para a ação, conhecimento aprofundado de direitos, deveres e possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspectos considerados pertinentes, afirmação, defesa e alargamento das margens de autonomia dos atores e da sua capacidade de influenciar as decisões. Não desprezada as garantias formais oferecidas, procurando mesmo desenvolvê-las e conquistar outras, e utiliza uma variada gama de recursos que pode ir da eleição de representantes, da participação nas reuniões, divulgação da informação, produção de propostas, elaboração de requerimentos, petições, etc., até formas de contestação e de oposição, com recursos e lutas sindicais, greves, etc.(p. 85).

Com isso, toda essa postura administrativa só tem força para acontecer com a participação efetiva dos pais na escola. Que comprem a causa, porque o resultado dessa luta resultará na melhor aprendizagem do seu filho, pois ela começa assim com a luta em conjunto de pais e escola, reivindicando por melhores condições, espaço para ser ouvido e ter sua

importância no grupo e nunca se satisfazer, buscando sempre melhorias no ensino em todos os seus seguimentos.

3.3 Aproximação da família no ambiente escolar

Escola e família principais formadoras dos indivíduos e responsável por inseri-los na sociedade, vêm se transformando ao longo dos séculos decorrentes das transformações: culturais povos que chegaram e compartilham seus costumes com nosso país, e as sociais com outras formas de concepção familiar, largando a organização tradicional, tendo um pouco da organização clássica, mas menos antiquada.

Conforme Libâneo, (2011) enfatiza que:

O debate qualidade / quantidade na educação brasileira começou muito cedo. Ainda no século XIX, na transição do Império para a República, o movimento do entusiasmo pela educação revelava preocupação de caráter quantitativo, ao propor a expansão da rede escolar e alfabetização da população que vivia um processo de urbanização pela expansão econômica. A adoção de trabalho assalariado, aliada a outras questões de modernização do País, fez com que a escolarização aparecesse como fator promotor da ascensão social. (p. 142).

As transformações políticas com as influências dadas pela ditadura era outra configuração de gestão escolar da que temos em que todas as práticas em sala de aula eram supervisionadas, nada poderia ser dado que fugisse daquela cartilha e se desrespeitasse sofriam severas punições e ninguém da escola poderia opinar ou expressar suas opiniões, pois estaria sendo contrário ao governo, algo muito diferente do que temos hoje: o modelo democrático.

Libâneo, (2011) argumenta que:

A introdução de reformas educativas constitui uma tendência Internacional, decorrente de necessidades e exigências geradas pela reorganização produtiva no âmbito das instituições capitalistas. Essas reformas expressam uma tendência nos seguintes termos: novos tempos requerem nova qualidade educativa, implicando mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores. Com esses temas amplos, os sistemas e as políticas educacionais introduzem estratégias como descentralização, autonomia das escolas, reorganizações curriculares, novas formas de gestão e direção das escolas, novas tarefas e responsabilidade. (p. 35)

Hoje grande parte das escolas seus funcionários se configura em trabalhar juntos, através de eventos como de reuniões de pais e mestres para trazer os pais para o ambiente

escolar para estarem mais presentes na vida escolar de seus filhos, para presenciar a sua aprendizagem, suas dificuldades e superação. Abrindo um espaço para diálogos entre pais e professores e direção para que haja questionamentos e levando ao planejamento escolar cada vez melhor e mais atualizado de acordo as dificuldades que vão surgindo com uma elaboração do projeto pedagógico que avalie o perfil desses alunos e desenvolva atividades que melhor se encaixe a eles até para eles se sentirem mais a vontade e evoluam.

Outros eventos que podem ser desenvolvidos são quermesses e bingos, ajudam a arrecadar e trabalhar melhor essas carências de recursos da escola, mas dependente da participação de todos. Projetos como esse só funciona em equipe, trabalhá-lo de forma atrativa para as pessoas se interessarem em participar é um grande desafio. Fazer o jovem contribuir de espontânea vontade e atrair os pais para prestigiar.

Libâneo, (2011) afirma que:

A educação conta ainda com as contribuições sociais, que constituem um tipo de tributo para fiscal, isto é, “têm como fato gerador a intervenção do Estado no domínio econômico”(Valério, 1996, p. 200) e são exigidas de grupos sociais, profissionais ou econômicos para o custeio de serviços de interesse coletivo, dos quais esses grupos se aproveitam. Por exemplo, as empresas que contribuem com o custeio da educação escolar terão uma mão de obra bem qualificada. (p. 196)

A arrecadação surge nesse momento que é visto a seriedade da escola e preocupação em dar a melhor aprendizagem possível a seus alunos. Com isso pais se sentem mais a vontade pra ajudar a escola com o que podem (em escolas públicas). Empresas querendo ver seu nome vinculado a esses tipos de atividades podem estar investindo ou até mesmo em escolas particulares que esses problemas têm maior amparo, pois possuem normalmente uma maior equipe com qualificação e prepara para esses problemas tendo a participação dos pais para juntos ajudarem as suas crianças.

Cury (2007) enfatiza que: “Um ladrão rouba um tesouro, mas não furta a inteligência. Uma crise destrói uma herança, mas não uma profissão. Não importa se você não tem dinheiro, você é uma pessoa rica, pois possui o maior de todos os capitais: a sua inteligência” (p. 72).

Qualificação desse profissional é uma importante questão para estarem preparados a enfrentar as dificuldades da escola (cabendo aos educadores também serem eternos estudantes, tanto de sala de aula com seus alunos quanto de seus professores de mestrado ou doutorado) como uma das varias etapas da acadêmica, fazendo também parte de sua

instituição que trabalha a valorização, proporcionando que se especializem e tenham graduações que os preparem a atender esses desafios.

Assim para aplicar um projeto que favoreça uma participação ativa dos jovens nas atividades escolares mostrando que faz parte e quanto é importante sua contribuição nesse meio, sendo trabalhada conseqüentemente neste contexto, sua socialização servindo como guia para sempre cultivarem sonhos e desenvolvam projetos, e através dessas atividades servir de lazer para não só se prenderem a conteúdos de sala como ensinamentos de vida.

4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

É a partir da família que a criança começa sua história no universo. Aos poucos, ela começa a interagir e a perceber tudo o que acontece ao seu redor, vai tomando consciência do seu corpo e do espaço que ele ocupa que para Chraim, (2009, p. 20), é a partir desse universo que acontece a evolução sensório-motora e psicológica da criança.

Essas mães reconhecem a importância do seu papel na formação de seus filhos, na qual afirma Chraim, (2009), é na base familiar que a criança começa a construir sua real identidade, que será formada a partir das experiências e da forma como aprendeu a lidar com as informações que recebe. A família tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (p. 26).

4.1 As estratégias que a escola utiliza para estreitar relações com a família

No Brasil, a ausência dos pais na formação dos filhos é algo recorrente, pois existem muitos educadores inseridos no meio familiar que não são pais biológicos das crianças que estão sob sua responsabilidade, e que observam sempre a formação da criança quanto aos valores, conduta e a evolução do aprendizado, buscando a preservação do clima relacional.

Atualmente, muitos pais se fazem presente por meio de telefonemas no meio da tarde, de bilhetes deixados em lugares estratégicos e de tarefas colaborativas para a dinâmica familiar, porque amor e atenção também são importantes.

Algumas das mães entrevistadas ainda vêm à escola como a principal responsável pela formação de caráter de seus filhos. Contudo, a omissão familiar faz parte da realidade, cujos reflexos estão mais acentuados nas atitudes dos adolescentes, que, sem adequada base familiar, engravidam cedo, sem formação escolar concluída, carregam consigo mesmo e incertezas, sem oportunidades para o mercado de trabalho, constituem família sem alicerces sólidos. É neste sentido que a professora entrevista enfatiza quando diz “preparara criança para o futuro”, refere-se às consequências que este poderá enfrentar em sua vida futura se no presente não for tomada nenhuma atitude pelos seus responsáveis.

Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho diminuiu o tempo disponível para o convívio da mãe para com filho, que antigamente, dedicava exclusivamente à sua formação. Essa ausência familiar pode gerar graves consequências na formação, dentre elas, o

individualismo, o egocentrismo, as vaidades, a acomodação, às diversões eletrônicas, dentre outras, que fragiliza a estrutura familiar.

O educador Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos idealizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, declara que a partir do momento em que as crianças ficam soltas na comunidade, há uma perda de referência em relação aos valores considerados importantes para o desenvolvimento de uma base sólida. Porém, segundo ele, não basta apenas estar presente, é preciso saber educar de forma correta, que o desafio está na qualidade dessa convivência, que deve ser marcada por um forte componente de presença educativa.

Quando a família participa, as crianças se sentem mais acolhidas e protegidas mediante as dificuldades, a interação é necessária principalmente, quando ocorrer mal comportamento por parte do educando. A família é fundamental, e quando ela não acompanha a criança, ela não tem um bom desenvolvimento escolar, e quando acompanha torna-se visível o interesse da criança no espaço escolar.

Sua importância é indispensável, pois sempre que a família se faz presente com o objetivo de querer ajudar a criança a crescer e aprender, tudo ocorre de maneira harmonizada, caso contrário, é problemática essa união, por isso deve sempre acontecer essa intervenção programada. A família deve conhecer a escola e os professores tendo objetivos comuns, o bem-estar e a educação integral das crianças.

A família traz segurança ao professor, mas sua ausência prejudica tornando-se difícil o educador desenvolver seu trabalho. Portanto, a intervenção da família deve acontecer sempre, uma vez que a educação também é um dever da família.

O que prejudica o trabalho do professor é quando os pais empurram a responsabilidade somente para a escola. Prejudica quando não há confiança, quando não há diálogo. Pais que participam favorecem a melhor aprendizagem e o sócio emocional do filho. Por isso, a intervenção da família deve acontecer quando houver necessidade.

Neste sentido, os professores foram unânimes em enfatizar a importância da família para o efetivo sucesso de seu trabalho junto com as crianças. Que segundo Chraim, (2009, p. 45) “se a aprendizagem começa na base familiar onde os pais formam o caráter, os valores, o respeito pelas leis, à hierarquia; agora, é a vida escolar que vai complementar esse crescimento [...]”. A Lei nº 9394/96 em seu Artigo 1º diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana [...].

Portanto, os educadores não exigem nada mais do que a efetivação da lei no que diz respeito à presença da família no ambiente escolar. Para que haja uma aliança entre a família e a escola, torna-se necessário que os envolvidos, tanto a escola como os pais, tenham ciência

do conceito de família e escola. Que Silva (1987) define: “Família é uma instituição social básica, que aparece sob as formas mais diversas em todas as sociedades humanas. Dá-se o nome de família a um grupo caracterizado pela residência em comum e pelo convívio de pais e filhos, isolados dos demais parentes” (p. 457).

A família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado. É um grupo de pessoas, ligados por descendência a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção.

De acordo com Coser (2009), o envolvimento parental para a realização escolar como o grau em que pais participam das atividades associadas à vida escolar do filho, tais como: acompanhar tarefas e trabalhos escolares, ver caderno com as lições da escola, verificar se o filho fez as tarefas, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, entre outras. Mas alguns pais vão mais além, definem como as interações junto ao filho, direcionadas ao seu desenvolvimento, encorajamento deste desenvolvimento, por meio do reforço aos esforços da criança e arranjo de experiências de enriquecimento cultural.

4.2 Causas e conseqüências que são geradas pela ausência da família no ambiente escolar

Pouca estruturação familiar, imaturidade dos pais dessas crianças são várias explicações plausíveis. O que se sabe é que a criança é o reflexo do que ela vê em casa, o resultado de como foi educada, mas não é de creditar unicamente os pais. As companhias é um importante fator para as atitudes desses jovens.

Cabe aos pais num primeiro momento por conhecer mais o seu filho e participar mais de seu crescimento, detectar essas mudanças de comportamento e focar-se a corrigi-los não com violência mais com diálogo franco e aberto. Então fica difícil auxiliar um jovem desse e conseqüentemente uma triste indagação é constatada: Como serão as futuras gerações dessa criança?

Segundo Steinberg, (2005, p. 33), diz que: “Conheci muitas crianças que sofreram porque seus pais eram egoístas ou estavam muito ocupados para atender as suas necessidades. Mas nunca encontrei uma criança que estivesse pior porque seus pais a amavam demais. Simplesmente, não é possível estragar uma criança com amor”.

Muitos não sabem a grande responsabilidade que é ter um filho, de quantas coisas temos que abrir mão para dar uma boa criação, de quanta dedicação, carinho e empenho os

pais devem ter com sua criança, pois a partir do momento que gera um filho é necessário pensar muitas coisas na vida, tais como: o momento que você passa e o quanto você está preparado para educá-lo.

Hoje maior parte da população tem filhos sem ter maturidade nenhuma, são crianças educando crianças, fruto de uma irresponsabilidade, que só pensam naquele momento. Isso já mostra o despreparo, pois não se protegem e nem pensam se tem condições de sustentar essa criança, não dão o acompanhamento necessário que o bebê precisa, como por exemplo, perdem prazos de vacinação e quando crescem ficam desamparadas por seus pais e sem perspectivas de um futuro.

Para Grunspun, (2004):

Na verdade é tranquilidade de espírito. É enfrentar com calma e disposição os acontecimentos habituais. É ser manso e sossegado na atmosfera familiar. O ser humano passa por ansiedades e angústias na sua vida cotidiana. Chegamos a dizer que a angústia é o tributo que o ser humano paga para ser, ser humano. No entanto, frente aos filhos, poderá ser plácido e calmo. É atitude de estarem livres de agitação, pressas, tensão e assim induzir quietude no ambiente. (p.124).

Portanto, a gravidez na adolescência não é algo ruim, todos possuem uma liberdade que não condiz com sua maturidade. Ter filhos cedo é bom por que pode estar mais presente nas atividades de filho, aguentar fazer certas coisas que não aguentaria se fosse mais velho, desfrutando mais tempo com seus netos e bisnetos. Porém essas liberdades que os jovens vêm tendo os filhos impedem de fazer certas coisas no futuro que a responsabilidade de um filho exige e os prendem, e muitos por não estar preparados os abandonam, tornando essa prática um ciclo.

Desse modo, crescem adultos pouco instruídos, que tiveram falhas graves na concepção de determinadas posturas de condutas e criou seus filhos da mesma forma, isso salvo algumas exceções que tentaram mudar, mas sempre viveram a sombra de erros passados.

4.3 Parceria: família x escola

Os pais precisam estar por perto nas novas ações da criança, pois a mesma, ainda, apresenta resquícios da fase da família. E pode ser capaz de iludir-se com propostas diferentes de sua educação, em um mundo cheio de seduções e desafios (Chraim, 2009). Neste sentido, a parceria família e escola, minimiza a chance da criança desviar sua atenção para as ações que não condiz com sua educação (p. 47).

A princípio, antes da inserção da criança na escola, é importante fazer uma visita domiciliar, onde ocorrerá o primeiro contato afetivo com a família criando um vínculo entre ambos. Em primeiro lugar, conscientizando que é um trabalho em grupo, com um bem comum o crescimento integral da criança.

Para os professores, buscar essa pareceria torna-se difícil, pois muitos pais trabalham e não podem estar freqüentes na escola, mas o tempo que estes não estarão presentes devem transmitir valores e princípios que irão carregar para o resto de suas vidas. Segundo Chraim, (2009), se a base familiar for alicerçada em regras claras e consistentes, a criança com certeza, manterá os valores familiares. Isso significa que a melhor forma de se fazerem presentes será a base familiar que deram em casa, com ensinamentos estruturados na cumplicidade e na confiança (p. 46).

O esforço da família contribui bastante, mas vai muito além de ensinar as tarefas e incentivar nos estudos, está em fazer um ambiente agradável no convívio do lar. Muitas vezes, a marginalização começa nos primeiros anos de vida da criança, quando os pais não sabem ao certo o que fazer para educar seus filhos, ou quando a família vive em conflitos como: separação, desemprego, drogas e por aí vai e a criança convive com esses infortúnios, como isso, sobra a responsabilidade para a escola.

Enfatiza Chraim, (2009), a família, como primeira sociedade da criança, precisa assumir o compromisso com a formação do caráter e dos valores da criança. A segunda sociedade vem ser a vida acadêmica, a Escola, onde deve responsabiliza-se pela transmissão de conhecimentos capazes de formar cidadãos comprometidos com a vida social. E isso é responsabilidade de todos, afinal é todos pela educação.

4.4 Desafios encontrados pela escola com relação à participação ativa da família na educação da criança

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de idéias e de práticas construídas ao longo do tempo. É importante se prover de cuidados e apoio à família e à comunidade, para que as crianças e adolescentes tenham condições favoráveis para um desenvolvimento saudável.

Sabe-se, entretanto, que a família tem se encontrado, historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, no sentido de receberem

orientações de como se proceder em relação às necessidades de seus filhos no ambiente educacional.

Nesta concepção, entendem os educadores, ou melhor, as escolas que os pais não querem assumir suas responsabilidades, alegam a falta de tempo. Percebe-se que algumas famílias ainda não tem consciência de sua importância no contexto escolar, e com isso, quem perde é a criança que deixa de consolidar o conhecimento que recebe na escola.

Para os pais presente, essa parceria representa juntar forças para melhorar a aprendizagem de seus não somente no ambiente escolar, mas sua formação para a vida, o que não acontece com os pais ausentes. Neste sentido, não basta apenas achar que a escola faz seu papel corretamente, eu como pai, como mãe devo cobrar da escola aquilo que eu passo para o meu filho em casa, eu como escola, devo cobrar aquilo que eu passo para o aluno em sala de aula aos pais e ambos, juntos olharem em uma só direção. Isso sim é parceria.

Conforme afirma Carvalho, (2004):

Que a participação dos pais na escola está relacionada ao desempenho escolar do estudante, ou seja, quanto maior os envolvimento deste na educação dos filhos e filhas, maior o aproveitamento escolar, têm de considerar as condições materiais e culturais das famílias e a disponibilidade de seus responsáveis (p. 46).

Neste sentido, a participação da família na aprendizagem da criança, motiva-os a que participar e demonstrar o interesse pela educação de seus filhos; resgatando o fortalecimento da auto-estima e o respeito pelo próximo.

A partir destes conceitos, a família e a escola devem formar uma equipe. É de fundamental importância que ambas sigam os princípios e critérios, deve-se pensar em cada um possa fazer sua parte para que atinjam o melhor caminho para um sucesso promissor de seus filhos e alunos, haja vista que existem diversas contribuições que tanto um grupo como o outro possam oferecer para o desenvolvimento pleno da educação nos dias atuais.

4.5 A contribuição da família para a educação

Os pais são os primeiros e mais importantes parceiros da escola. Por isso mesmo convém repetir uma sabia definição da didática voltada para a infância: A qualidade da Educação Infantil depende, cada vez mais, da parceria entre a escola e a família. Abrir canais de comunicação, respeitar e acolher os saberes dos pais e ajudar-se mutuamente.

A contribuição da família no processo educacional já é prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Plano Nacional

de Educação. Os pais que deixam os filhos (em idade escolar) fora da escola são passíveis de punição legal.

Até o Programa Bolsa-Família condiciona o pagamento do benefício a matrícula das crianças na escola. Contínua e progressiva, a educação infantil deve se apoiar em um tripé dialético: escola-família-criança. Com isso, todos se dão as mãos para atingir o mesmo objetivo: formar pequenos cidadãos, brasileiros e brasileiras preparados para o futuro, o respeito ao próximo e pleno exercício da cidadania.

Mesmo com as ações direcionadas para as famílias, a escola sente sua ausência e ainda são poucas as suas contribuições, haja vista, é a minoria dos pais que frequentam a escola.

Percebe-se a preocupação dessas mães em promover um futuro bom para seus filhos, mas e os pais que não participam? Esses acabam prejudicando um pouco o trabalho do professor em sala de aula. Pois os conflitos são muitos, como a rebeldia, a violência, o egoísmo e outros, e o professor acaba resolvendo essas problemáticas, sozinho. Os Pais precisam construir alianças positivas com os professores.

Segundo Chraim, (2009, p. 60), somente com os pais e professores comprometidos com o futuro de toda a geração é que poderemos colaborar para uma nação mais justa e equilibrada. Mesmo assim, é notória em algumas escolas, a presença de pais estão mais frequentes, conforme defende o autor.

O século XXI será marcado pelo desenvolvimento da ciência e das descobertas que envolverão a humanidade. Esses fatos têm chamado a atenção da população mundial e têm gerado grande curiosidade nas pessoas. Há inclusive uma pressão por parte dos pais que procuram as escolas que possuem laboratórios e tecnologia para a aprendizagem de seus filhos. Pois a tecnologia está se tornando, a cada dia, uma marca do séc. XXI.

Partindo deste contexto, Wekerlin, (2004):

o ideal é que família e escola tracem metas, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade. A parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. (p. 59).

Com aceleração das informações, nota-se que as crianças dominam mais técnicas e informações que os adultos, dentro desta perspectiva, pais e educadores necessitam serem grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional do ser humano.

4.6 Mudanças na família e transformação na escola

Com efeito, desde meados do século XX, especialmente em suas últimas décadas, novas dinâmicas sociais vêm afetando, ao mesmo tempo, a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao aparecimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização. Instituição social mutante por excelência, a família apresenta configurações próprias a cada sociedade e a cada momento histórico, embora sua existência seja um fato observado universalmente.

No que tange à família ocidental, característica dos países industrializados, um rápido balanço demográfico de suas principais mutações inclui: a) diminuição do número de casamentos, em benefício de novas formas de conjugalidade (em particular, as uniões livres); b) elevações constantes da idade de casamento (e de procriação); c) diversificação dos arranjos familiares com a difusão de novos tipos de famílias (monoparentais, recompostas, monossexuais); d) limitação da prole, associada à generalização do trabalho feminino, ao avanço das técnicas de contracepção e às mudanças nas mentalidades. Se, no passado, a procriação constituía a finalidade principal (e “natural”) do casamento – e altas taxas de mortalidade infantil tornavam incerta a sobrevivência de um filho –, na contemporaneidade, ter ou não ter filhos torna-se uma deliberação do casal que agora detém meios de controlar o tamanho da prole e o momento de procriação.

Do mesmo modo, um breve sobrevôo pela economia mostra que, ao longo do tempo, a família passou de unidade de produção a unidade de consumo. Uma conjunção de fatores – dentre os quais se incluem, sobretudo, a proibição do trabalho infantil, a extensão dos períodos de escolaridade obrigatória e a criação dos sistemas de seguridade social – fez com que os filhos deixassem de representar, para os pais, uma perspectiva de aumento da renda familiar ou de recurso contra suas inseguranças no momento da velhice. Se ainda hoje eles permanecem como posse dos pais, é menos como futura força de trabalho (para os desfavorecidos), ou como garantia de sucessão (no caso dos favorecidos), e cada vez mais como objeto de afeto e de cuidados, razão de viver, modo de realizar-se. Limitar a prole torna-se, então, o meio principal de investir o máximo em cada filho para poder oferecer a eles as melhores oportunidades possíveis.

De “capital”, a criança se metamorfoseia em “custo econômico” ou, nas palavras de Kellerhals, Troutot e Lazega (1984), em “bem de consumo afetivo”. Seu significado e o lugar que ocupa na família passarão, assim, por uma profunda modificação. De “elo da cadeia

geracional”, a criança passa a “centro da afetividade familiar (Saraceno, 1997), pois vem ao mundo, sobretudo para satisfazer necessidades afetivas e relacionais dos pais” (p. 22).

O ponto de partida da descoberta desse novo lugar da infância situa-se na obra do historiador francês Philippe Ariès, (1981) que, a partir da década de 1960, formulou as teses da família moderna voltada para seu interior, inaugurando o amor conjugal e a intimidade familiar. Na esteira de sua obra, abriu-se toda uma discussão acerca do processo de sentimentalização das relações familiares, cuja contrapartida seria o enfraquecimento das funções instrumentais da família (reprodução biológica, cuidados materiais, descendência), em proveito de suas funções expressivas. Contudo, vários estudiosos, entre os quais Montandon, advertem que é preciso nuançar essas teses, argumentando que seria equivocado pensar que todas as funções instrumentais da família teriam desaparecido; ou que as relações afetivas fossem inteiramente inexistentes na pré-modernidade, embora a autora reconheça que o aspecto afetivo tenha se desenvolvido e intensificado. Para ela, “a criança constituiu e continua a constituir um duplo investimento para a família, instrumental e afetivo, e ambas as dimensões mantêm a sua importância ainda que tenham sofrido algumas transformações” (2001,p. 15).

A conjugação de todos esses fatores acarretará uma redefinição do lugar do filho, que terá por consequência um forte desenvolvimento e diversificação do papel educativo da família. As funções de socialização, que anteriormente se realizavam preponderantemente no meio social mais extenso (vizinhança, grupo de pares, parentela extensa), ganham peso no interior da esfera doméstica que se torna palco de transmissões diversas (de posturas corporais, de valores e condutas morais, de habilidades intelectuais, de saberes).

No plano das relações internas à família, um processo de democratização tenderá a instalar-se, fazendo com que cada vez menos a posição e o poder de cada membro no grupo familiar se assente em elementos estatutários, como o sexo e a idade (isto é, subordinação dos mais novos aos mais velhos e da mulher ao homem).

A família “hierárquica” vai pouco a pouco sendo substituída pela família “igualitária” (Figueira, 1986) que valoriza o indivíduo, sua vida privada e suas opções, consideradas como expressão de seu “eu” verdadeiro.

Segundo (Singly, 1996): “Na família contemporânea, a noção de respeito não desapareceu; ela mudou de sentido. Ela marca, doravante, o reconhecimento, não mais de uma autoridade superior, mas do direito de todo indivíduo, pequeno ou grande, de ser considerado como uma pessoa” (p.113).

No bojo desse movimento, emerge novos valores educacionais preconizando o respeito pela individualidade e pela autonomia juvenis, a liberalidade nas relações entre pais e filhos – que agora não devem pautar-se mais pelo autoritarismo, mas sim pela comunicação e pelo diálogo. Em suma, os pais tornam-se provedores de bem-estar psicológico para os filhos.

Esse novo modelo de família alarga de forma intensa a responsabilidade parental em relação aos filhos. Estes últimos funcionam como um espelho em que os pais vêem refletidos os acertos e erros de suas concepções e práticas educativas – os quais costumam se fazer acompanhar de sentimentos de orgulho ou, ao contrário, de culpa. Para o sociólogo da família, Francis Godard, esse é um dos elementos que compõem o quadro da ressignificação do filho na família contemporânea. Ele escreve, “tudo se passa como se o êxito do filho constituísse uma espécie de símbolo do êxito pessoal dos pais, do bem fundado de seus valores e de sua concepção de educação; como se esse êxito se tornasse para os pais um critério fundamental de sua auto-estima” (Godard, 1992, p. 119).

Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. Para isso, mobilizam um conjunto de estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar – o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais. Tendo se tornado quase impossível à transmissão direta dos ofícios dos pais aos filhos, o processo de profissionalização passa cada vez mais por agências específicas, dentre as quais a mais importante é, sem dúvida, a escola.

Ao lado desses fenômenos, modificações importantes atingiram também o sistema escolar e os processos de escolarização. Sob o peso de fatores como as legislações de extensão da escolaridade obrigatória, as políticas de democratização do acesso ao ensino, a complexificação das redes escolares e a diversificação dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas nos currículos, nos princípios e métodos pedagógicos, é todo o funcionamento das instituições escolares que passa a influenciar intensamente o dia-a-dia das famílias. Em um texto de grande argúcia, Philippe Perrenoud, (2001) oferece uma descrição detalhada das formas e da intensidade com que a escola de hoje influi e interfere na vida da família contemporânea.

Como se sabe, já a partir de inícios do século XX, com o movimento escolanovista, os métodos pedagógicos tradicionais passam a ser questionados e contrapostos às pedagogias centradas no aluno. Tais pedagogias recusam a concepção da criança como um adulto em miniatura e defendem a necessidade de atentar-se para as características próprias da infância e

de adaptar-se o ensino à natureza do educando. Essas novas perspectivas encaram o aluno como um elemento ativo do processo de ensino-aprendizagem. Tais princípios que se prolongaram no tempo, revestem-se, nos dias atuais, de uma forte preocupação com a coerência entre os processos educativos que se dão na família e aqueles que se realizam na escola.

O que significa que a instituição escolar hodierna deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando. Hoje, mais do que nunca, o discurso da escola afirma à necessidade de se observar a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre as ações desses dois agentes educacionais. E o meio privilegiado para a realização desses ideais pedagógicos será – ao menos no plano do discurso – o permanente diálogo com os pais.

Além disso, outro fator vem reforçar esse quadro. Refiro-me à tendência atual da escola, para além de suas funções tradicionais de desenvolvimento cognitivo, de chamar para si certa parcela de responsabilidade pelo bem estar psicológico e pelo desenvolvimento emocional do educando. Em alusão a essa nova faceta escolar, Montandon, (2001) escreve:

Na medida em que (...) há uma maior preocupação com a felicidade e o desenvolvimento da criança, onde os educadores não se atêm exclusivamente ao desenvolvimento cognitivo da criança, na medida em que a escola utiliza uma pedagogia invisível, e em que a socialização aí feita tem vindo a ser menos neutra, mais personalizada, o território afetivo da família é, de qualquer forma, invadido [pela escola]. (pp. 17-18)

Assim, sob o argumento da necessidade de se conhecer o aluno e a ele ajustar a ação pedagógica, o coletivo de educadores da escola (professores, orientadores e outros) busca hoje ativamente e detém efetivamente informações sobre os acontecimentos mais íntimos da vida familiar como crises e separações conjugais, doenças, desemprego, etc.

No mesmo sentido, a escola estende agora sua área de atuação em direção a terrenos no passado reservados à socialização familiar como, por exemplo, a educação afetivo-sexual. A esse respeito, os sociólogos falam hoje de uma verdadeira redefinição da divisão do trabalho entre as duas instâncias (Montandon, 1994a). Um sintoma desse fato seria o surgimento, no interior do sistema escolar, de todo um conjunto de serviços oferecidos por especialistas (psicólogos, psicopedagogos, orientadores educacionais, fonoaudiólogos etc.) para auxiliar as famílias.

A complexificação das redes escolares contemporâneas constitui outro componente desse quadro de mudanças no panorama escolar. Se, antes, as redes escolares apresentavam uma densidade (número de estabelecimentos) bem mais reduzida e uma composição

(diferenças entre eles) bem mais homogênea, hoje em dia os pais se vêem na contingência – em maior ou menor grau, conforme o meio social de pertencimento – de escolher entre diferentes perfis de estabelecimentos de ensino, que variam segundo múltiplos aspectos: localização, infraestrutura, clientela, grau de tradição, qualidade do ensino, clima disciplinar, proposta pedagógica, para citar os mais importantes. Ora, esse ato de escolha ensejará mais uma oportunidade de aproximação dos pais em relação ao universo escolar, pois ele pressupõe, entre outras coisas, a observação e busca de informações sobre os diferentes estabelecimentos e seus modos de funcionamento.

Se, portanto, a família vem penetrando crescentemente o espaço escolar, a escola também, por sua vez, alargou consideravelmente sua zona de interação com a instituição familiar.

4.7 Metamorfoses da relação entre família e escola

A literatura sociológica sobre o assunto tem defendido a ideia de que, no passado, as relações entre a família e a escola eram bem menos frequentes e, sobretudo, mais restritas em sua natureza, isto é, o campo e o teor das trocas eram bem mais limitados. Montandon, (2001) socióloga suíça especialista no assunto, afirma, por exemplo:

No início do nosso século [século XX] e a fortiori no século XIX, a maioria das famílias não se relacionava com a escola pública, nem tinha meios para expressar ou fazer valer, enquanto grupos distintos, uma atitude crítica. As autoridades escolares preocupavam-se pouco com as suas opiniões. (...). Assim, em geral os pais não eram admitidos na esfera escolar e as relações família x escola, tal como as preconizamos atualmente, não existiam nas cidades. E, se é verdade, que no quadro de comunidades menores como as vilas ou aldeias, o professor, principalmente o do primeiro ciclo, desempenhava um papel mais alargado do que nas cidades e estabelecia relações com as famílias, não podemos pensar que nas zonas rurais os pais tinham uma maior intervenção no plano pedagógico do que nas cidades. (pp. 13-14),

Por sua vez, o sociólogo da educação francês Dominique Glasman, (1992) recorre a um estudo realizado em 1916, na França, por Crouzet, para demonstrar que dentre as 284 visitas de pais feitas a um diretor de escola, no decorrer do ano de 1901, apenas três se referiam ao trabalho ou ao progresso escolar dos filhos.

A grande maioria delas girava em torno de questões exteriores ao ensino como, por exemplo, questões referentes ao vestuário ou à manutenção da ordem. Judith Migeot-Alvarado, (2000) reportando-se igualmente ao contexto francês confirma, em livro mais recente, o mesmo diagnóstico:

A mudança nas relações entre a escola e as famílias na França é particularmente surpreendente. De uma escola “santuário”, fechada em si mesma, que se protegia da intrusão dos pais, passou-se, em algumas décadas, a uma escola “aberta” a seu entorno e que tenta fazer dos pais parceiros privilegiados na luta contra o fracasso escolar e a violência juvenil. (p. 9),

Seria, contudo, um equívoco pensarmos que, no passado, inexistissem relações sociais entre as famílias e as instituições escolares. Na verdade, “a relação escola-família tem a idade da instituição escolar, pois desde que há escolas e famílias sempre houve algum tipo de relação entre ambas” (Silva, 2003, p. 29). Embora, no passado, essa relação fosse seguramente mais esporádica menos intensa e de natureza diferente.

Quanto ao detalhamento das características de que se reveste hoje essa relação, remeto o leitor ao informado e minucioso livro de Pedro Silva (2003) que realiza uma vasta e rigorosa revisão da literatura anglo-saxônica e francófona sobre o tema.

Pode-se apresentar três processos que parecem ser as grandes tendências e os contornos da relação família x escola e respondem fundamentalmente os contornos da metamorfose que ocorrem nas relações entre as famílias e a escola na atualidade.

O primeiro é o processo de aproximação dessas duas instâncias no âmbito da sociedade. Terrail, (1997, p. 67) fala até mesmo de uma “imbricação de territórios”. Escola e família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido. A presença dos pais no recinto escolar e sua maior participação em determinadas atividades tornam-se mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam. No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há palestras, cursos, jornadas e “festas da família”, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas e ainda, segundo Perrenoud, (1995), a mais importante das formas de contato: a própria criança, através da qual se dá grande parte da comunicação.

O segundo processo, decorrente do primeiro, mas não completamente redutível a ele, é o de individualização da relação. Como assinala Van-zanten, (1988, p. 185), há hoje uma nítida acentuação das interações de face a face entre pais e educadores: “Se sempre existiram relações sociais entre a família e a escola como instituições, é somente a partir dos anos 1960 que as interações individuais entre pais e mestres ganham importância”.

E, por fim, o terceiro processo – já acima referido – refere-se à redefinição dos papéis ou, em outros termos, da divisão do trabalho educativo entre as duas partes. De um lado, a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos,

estendendo sua ação aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de desenvolvimento. De outro, a família passa a reivindicar o direito de interferir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar. Não há mais uma clara delimitação de fronteiras. Segundo (Montandon, 1994)

No passado, as fronteiras entre as famílias e a escola eram fixadas pela instituição escolar e pelos mestres. Os profissionais da educação consideravam que os pais não tinham nenhuma autoridade em matéria de ensino e nenhum lugar na escola. Esperava-se que os pais apoiassem os docentes ou trouxessem contribuições pontuais, mas eles não deveriam colocar questões em matéria de pedagogia e, menos ainda, fazer críticas (p. 189).

Sem pretender estabelecer aqui as causas desse último fenômeno, que seguramente são muito mais complexas, atendo-me apenas a lembrar que a elevação do nível geral de escolaridade da população e a grande disseminação dos discursos especializados sobre a educação das crianças e dos jovens, vêm permitindo aos pais se apropriarem de conhecimentos relativos a princípios e métodos pedagógicos e, até mesmo, questioná-los. Além disso, a difusão das ideias relativas aos direitos das crianças e dos pais autoriza a família a cobrar da escola uma prestação de contas, sobre o conteúdo e a natureza do ensino que oferece.

Seria, no entanto, ingênuo acreditar que todos esses processos se dão sem tensões ou contradições. Os próprios títulos dos estudos sobre o assunto convergem no diagnóstico das dificuldades que envolvem essas relações: “relação armadilhada” (Silva, 2003), “diálogo impossível” (Montandon e Perrenoud, 2001), “incompreensão mútua” (Montandon, 1994b), “mal-entendido” (Dubet, 1997), “proximidade distante” (Santos, 2001), “dificuldades de uma cooperação” (Comeau e Salomon, 1994). O fato é que ambiguidades, reticências, resistências por parte dos atores envolvidos são incessantemente verificadas pela literatura sociológica, embora não seja este o objeto de interesse, que pretendeu, sobretudo, esboçar a gênese de um fenômeno.

5. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A formação de professores tem sido objeto de muitos estudos e debates, o que nos oferece um conjunto relevante de dados e reflexões sobre o tema. Pensar a formação de professores para o ato de “ser” educador numa sociedade globalizada e mediada pelas tecnologias da informação e comunicação requer uma adequação dos métodos e processos de ensino e aprendizagem utilizados pelas instituições formadoras desses profissionais, permitindo que os mesmos experienciem situações reais de autonomia na construção de suas aprendizagens, para que sejam capazes de mudar, significativamente as práticas pedagógicas existentes nas escolas.

Nessa perspectiva, o professor que se espera formar na contemporaneidade é aquele que busca ser um sujeito, ativo, participativo, reflexivo e capaz de mediar aprendizagens de forma construtiva. Para isto, precisa aprender a ser, a inovar, a se renovar e a pensar, constituindo-se sujeito-professor reflexivo. Contudo, ninguém faz o que não sabe. Ninguém ama o que não conhece, nem poderá instigar e exercer o pensamento crítico. Provavelmente, o professor que não saiba aprender, também não saberá ensinar (Campos, 2002).

Existe uma convicção generalizada de que o nível e qualidade da educação estão condicionados, em primeiro lugar, pela capacidade do professor, o que motiva que os sistemas de formação constituam um setor prioritário, sempre em evolução, no conjunto de cada sistema educativo nacional (Marques, 2000).

Entende-se que as mudanças na prática pedagógica e na utilização de novas técnicas que privilegiam a construção do conhecimento – especialmente no que se refere à formação de professores – tem apresentado a teoria desvinculada da prática. Trata-se do assunto com teorização inovadora e prática tradicionalista.

Um novo paradigma de formação de professores – para de fato se apresentar novo – precisa levar em conta todas as mudanças culturais e sociais advindas das novas tecnologias e da globalização. Na sociedade contemporânea, as questões de temporalidade e especialidade são as mais atingidas. O tempo e o lugar para se prover conhecimento não mais se restringe à hora-aula de uma sala de aula. É preciso refletir sobre isso, pois, mais que uma mudança de meios, a educação mediada pela tecnologia da informação e comunicação – em especial pela internet – representa uma possibilidade de exercício de um novo paradigma educacional, cujas bases são o aprender a aprender, os pensamentos autônomos, críticos e criativos e a aplicação prática dos conhecimentos como componentes indispensáveis da aprendizagem.

De acordo com Marques (2000, p. 10) “tanto a educação como as ciências da educação necessitam ser mediada pela ação do educador para que possam, em reciprocidade, modelá-la e construí-la”. Não há o que temer quanto às inovações na práxis coletiva, concreta e cotidiana, em fazer uso de novas técnicas, métodos e modelos de formação. Uma formação de professor que o leve a uma prática futura mais próxima da realidade de seus alunos poderá corroborar com as expectativas de mudanças lançadas sobre a educação formal. Para isso, é necessário que as instituições de formação aproximem a teoria da prática.

É importante destacar ainda que a profissão docente, não pode mais ser vista como reduzida aos domínios dos conteúdos das disciplinas e à técnica para transmiti-los. Agora se exige do professor que lide com conhecimento em construção – e não mais imutável – e que analise a educação como um compromisso político, carregado de valores éticos e morais, que considere o desenvolvimento da pessoa e a colaboração entre iguais e que seja capaz de conviver com a mudança e com a incerteza.

Neste sentido, formar o professor é, entre outras possibilidades, assumir responsabilidade que se estende para o futuro. No Brasil, essa questão é percebida e discutida no âmbito das associações de classe e da reformulação de políticas públicas, visando atender a necessidade de se construir formação de professores com a melhor qualidade.

Formação esta que ofereça condições ao profissional de se comprometer com a construção de uma sociedade democrática. Isso significa formar professores que assumam papel relevante na formação de alunos cidadãos, participantes e responsáveis, atuantes no contexto social e histórico cultural. Segundo (Gardner, (2002):

Referindo-se ao Saber docente, confirma que “é na prática refletida, na (ação-reflexão) que este conhecimento se produz, na inseparabilidade entre teoria e prática”. Para esse autor, a experiência docente é um espaço de produção de conhecimento, decorrendo da postura crítica do (a) professor (a) sobre sua prática profissional. Em sua análise, essa implica refletir criticamente sobre o que ensinar como ensinar e para que ensinar. Implica também na reflexão sobre a postura docente nas relações com alunos (a), bem como nas inter-relações no sistema social, político, econômico e cultural. (p. 135)

A perspectiva de reflexão delineada nesse contexto supõe a sistematicidade e a crítica. Pressupõe que os (as) professores (as) possam analisar a problemática de seu cotidiano e agir sobre ela, sem deter-se apenas a resoluções de problemas imediatos, ampliando os horizontes de reflexão, de modo a abranger a função de escola e de educação no âmbito da sociedade. Nessa análise é preciso destacar alguns pontos importantes: o primeiro refere-se à dificuldade de efetivação da prática no trabalho docente, que emerge marcado pelo individualismo; o

segundo diz respeito às potencialidades da reflexão como ponto de partida para que o (a) professor (a) reconstrua seus questionamentos, suas intervenções pedagógicas, seus conhecimentos profissionais, construindo-se o investigador de um sujeito que produz saberes originais e peculiares ao seu ofício; e por fim o terceiro aspecto revela que é necessário e imprescindível constituir, como a prática docente habitual na escola, à reflexão crítica e continuada sobre a formação do docente.

Entretanto, para Paulo freire não se separa método e teoria e essa da prática, como o fazer os positivistas. Na sua obra, teoria, método e pratica formam um todo guiado pelo principio da relação entre o conhecimento e seus interesses, portanto, uma teoria do conhecimento e uma antropologia, nas quais o saber tem um papel emancipador.

A escola se apresenta hoje, como uma das mais importantes das instituições sociais responsáveis por estabelecer a mediação entre o individuo e a sociedade, ao transmitir a cultura, e com ela, modelos sociais. A escola é a instituição contemporânea que intermídia essa relação.

Essa instituição contemporânea, precisa fazer a articulação entre vida escolar e a vida cotidiana, portanto, a vida escolar deve está articulada com a vida social, para que o educador conceba essa dialogicidade que necessita para estar preparado, apto a conviver com essa nova realidade.

As finalidades da educação escolar são enfocadas nas teorias pedagógicas e na práxis pedagógica adotada pelo educador. Toda ação educativa exercida por professores em situações planejadas de ensino e aprendizagem, deve considerar as internacionalidades, tendo em vista o que fundamenta a ação docente.

A lei nº 9.394/96 de Diretrizes e base da Educação estabelece para os estabelecimentos de ensino no artigo 12, elaborar executar sua proposta pedagógica; e no artigo 22 das Disposições Gerais; desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indisponível para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir. No se artigo 29, para o Ensino Infantil, o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, e no artigo 8º acesso a educação para jovens e adultos.

Com isso torna-se primordial para o educador saber distinguir as concepções que estão presentes no seu trabalho cotidiano e na sua práxis educativa, o professor pesquisador jamais poderá ser uma exceção para que possa compreender as ideias e os pontos de vistas diversos sobre o que vem a se a educação e todo o seu processo é através dessas referencias que o educador estará promovendo ou não o desenvolvimento global, crítico e reflexivo dos alunos e isso também refletira no professor- pesquisado.

6. DESENHO METODOLÓGICO

6.1 Formulação do Problema

A pergunta problema que norteia esta pesquisa está configurada em:

Quais propostas que a gestão da Escola Corujinha Feliz tem para manter a parceria entre escola e família e quais os fatores que podem ser acarretados na falta da parceria escola x família?

6.1.1 O objetivo geral que se propõe para elaboração dessa pesquisa constitui em:

Analisar a participação da família e suas implicações no ensino aprendizagem da criança Fundamental I na Escola Municipal Corujinha Feliz: Porto Seguro - Bahia.

6.1.2 Os objetivos específicos contribuirão para responder as perguntas desta pergunta problema:

1. Descrever se a estrutura da escola é adequada para desenvolver atividades com a participação da família no processo educativo;
2. Identificar os fatores que levam a família a não estarem em um só propósito com a escola;
3. Verificar os problemas causados pela falta de participação da família no desenvolvimento escolar dos alunos.
4. Descrever as propostas que a gestão escolar tem para manter a parceria entre escola e família;
5. Descobrir os materiais didáticos disponíveis na escola que propõem a participação da família.

6.2 O desenho metodológico é: não experimental, de corte transversal, descritivo e de enfoque misto.

É não experimental, pois é “feito sem a manipulação deliberada de variáveis e fenômenos que são observados em seu ambiente e, em seguida, analisá-los”. (Hernández Sampieri, R., Collado C. F. & Lúcio M. P. B, 2010, p. 205).

É de corte transversal, pois de acordo (Hernández Sampieri et al., 2010, p. 208) “porque recolhe dados de uma única vez”. “A coleta de dados ocorre num só momento, no qual pretende descrever e analisar o estudo de uma ou várias variáveis em um dado momento.” (p. 208).

É descritiva, pois segundo Castro (1976) “Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (Castro, 1976, p. 66). E ainda para Triviños, (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Para Hernández Sampieri e Mendoza (2008), os métodos mistos representam um conjunto de processos sistemáticos e críticos de pesquisa e implica a coleta de dados quantitativos e qualitativos, assim como sua integração e discussão conjuntas para realizar inferências como produto de toda informação coletada (metainferências) e conseguir um melhor entendimento do fenômeno em estudo.

A metodologia é um momento fundamental para o desenvolvimento do trabalho científico, onde através dela é possível entrar em contato diretamente com os instrumentos e modalidades de pesquisa.

Zanella, (2009, p. 61) afirma que: “metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato e do fenômeno”. Enfim, o método de pesquisa escolhido foi fundamental para conhecer e identificar os objetivos da pesquisa.

6.3 Unidad de análisis y participante

Unidad de análisis: Alunos da Escola Municipal Corujinha Feliz do turno matutino, com a população de 160 pais.

População participante foi de 07 professores y de 35 pais, visto que, estes estiveram dispostos a serem entrevistados.

6.4. Instrumentos de coletas de dados

Com o objetivo de analisar a participação da família e suas implicações no ensino aprendizagem da criança Fundamental I na Escola Municipal Corujinha Feliz: Porto Seguro - Bahia, foram coletados dados mediante aplicação de questionários semi-estruturados para professores e pais da Escola Municipal Corujinha Feliz.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

Para a coleta de dados foi aplicado o questionário semi estruturado para 35 pais aplicados com o objetivo de compreender a concepção dos pais sobre a participação da família na escola e 07 questionários semi estruturados para os professores com a intenção de compreender a posição dos professores sobre a importância da participação da família no ambiente escolar para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Os questionários são importantes instrumentos de pesquisa, conforme afirma Zanella (2009, p. 110): “O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas”

Também se realizou uma observação participante.

6.5. Processo de Coleta de dados

Os dados coletados através de questionários semi estruturado foram realizados mediante a entrada dos pais na escola, que ao pegarem os seus filhos solicitava que pudessem responder aos instrumentos. Ocorreu a partir do dia 06 de fevereiro a 18 de fevereiro de 2017.

Os professores responderam nos momentos de elaboração do planejamento;

E a observação participante da rotina escolar dia 10 de fevereiro ao dia 10 de março.

6.6. Caracterização da escola

A Escola Municipal Corujinha Feliz está localizada na zona periférica da cidade de Porto Seguro (BA), à Rua Teófilo Otoni no Bairro Mirante Caravelas nº 215, caracteristicamente residencial. Esta Unidade de Ensino tem uma média de 390 alunos frequentes com 21 turmas distribuídas nos turnos matutino e vespertino.

A escola surgiu da iniciativa de uma professora do sistema municipal de ensino que a inaugura como escola privada no ano de 2003 face à ausência de uma instituição escolar, que absorvesse a demanda de crianças na faixa etária compreendida entre 04 e 06 anos. Iniciou suas atividades educacionais atendendo a faixa etária de creche.

O nome da instituição – Escola Corujinha Feliz – foi escolhido pela filha da proprietária, na época com 09 anos por ser a coruja considerada símbolo da sabedoria e

proteção. Em decorrência de o baixo poder aquisitivo da comunidade, a escola acumulou um expressivo índice de inadimplência, fato que impulsionou a parceria com o Sistema Municipal de Ensino através de aluguel a partir do ano de 2006.

A Escola Municipal Corujinha Feliz foi a primeira instituição municipal de educação infantil pré-escolar do bairro Fontana I e adjacências, objetivando atender crianças de dois a cinco anos, cujas famílias tinham uma característica comum: naquela época a mulher que saía em busca do mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Funciona em dois espaços, visto que apenas um não é suficiente para atender a demanda, pois as salas são bem pequenas. Os pais que procuram a Escola Corujinha Feliz pertencem à classe de média e baixa renda, empregados na hotelaria, comércio, bares, restaurantes e construção civil, bem como, profissionais liberais e autônomos. As crianças dessa escola são em sua maioria oriundas de famílias constituídas por pais entre 19 e 25 anos, com baixo nível de escolarização, alguns possuem apenas a renda do Programa Bolsa Família, também possuem uma família numerosa em contrapartida ao salário que é mínimo. São moradores dos Bairros Fontana I e II, Cambolino, Mirante Caravelas, Sapoti e Miraporto, no município de Porto Seguro (BA).

A Escola Corujinha Feliz vai se firmando, buscando atender a criança tendo como princípio de educação o diálogo, o carinho, a atenção, a autonomia, socialização de que as crianças necessitam nos seus primeiros anos de vida. Com ação educativa concomitante à ação social, propõe desenvolver ao máximo as capacidades cognitivas e linguísticas, motrizes, afetivas e de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de atuação e inserção social de suas crianças, através de conteúdos educativos concernentes à etapa atendida. Para isso, assume o compromisso de desenvolver as habilidades direcionadas a educação infantil a partir de sequências didáticas que as levarão, cada qual em seu tempo e dentro de suas possibilidades, ao pleno desenvolvimento bio-psico-sócio-cultural.

Nessa perspectiva, a concepção de ensino e aprendizagem da Escola Corujinha Feliz busca levar em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira – CF, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o disposto nos Referenciais Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil – RCNEI, bem como, as Deliberações do Conselho Municipal de Educação – CME – de Porto Seguro (BA).

As atividades estruturadas a partir da sequência didática oportuniza uma dimensão mais global dos conteúdos e objetivos a serem apresentadas as crianças, partindo do pressuposto de que todas as temáticas apresentadas partem sempre da realidade social e situações relacionadas ao meio ambiente que necessitam da conscientização de todos os

envolvidos. Um marco importante que ocorreu no âmbito escolar atrelado ao âmbito social na semana do meio ambiente foi uma caminhada pelas ruas do bairro e as crianças tiveram a oportunidade de plantar uma árvore na praça do bairro, em seguida cantaram o hino nacional, ação que ocorre semanalmente no âmbito escolar e os resultados já são notórios, na perspectiva que as crianças já estão crescendo sendo patriotas e também conscientes do seu papel para tornar uma sociedade mais arborizada e menos poluída.

Assim, reconhecendo a importância das experiências vivenciadas na infância e acreditando ser a educação um direito da criança, a Escola Corujinha Feliz formula seu Projeto Político Pedagógico voltado para o atendimento das necessidades básicas de educação, afeto, conscientização ambiental e socialização, numa ação complementar à educação familiar e da comunidade.

A instituição tem por missão oferecer uma Educação de qualidade baseada em uma metodologia que contemple as necessidades dessas crianças, considerando o seu ritmo e sua diversidade sociocultural, criando condições de intervenção educativa intencional, priorizando o brincar como ponto de partida de toda ação pedagógica, de modo a garantir o desenvolvimento pleno das capacidades afetivas, emocionais, cognitivas, éticas e estéticas da criança. Assim como favorecer as relações interpessoais. Intenciona nesse contexto, também conscientizar a família de que a educação infantil é base principal para educação de seus filhos fazendo com que tenham maior importância demonstrando compromisso com a frequência das crianças à escola e com o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

Enquanto educadores e corresponsáveis pelo processo de desenvolvimento integral da criança e conscientes que temos a condição mais importante desta fase, que é de *ser criança* entende-se que a escola deva ser um espaço lúdico de aprendizagem, de forma a ampliar as experiências, valorizar a iniciativa e curiosidade, contribuindo para a construção do conhecimento, aquisição de hábitos e atitudes que levem à formação de cidadãos autônomos, criativos, éticos, críticos e reflexivos, conscientes de suas responsabilidades na construção de um mundo mais justo, democrático, autossustentável e feliz.

Segundo a LDB 9394/96, em seus art. 2º e 3º respectivamente, é assegurado sobre os princípios e fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Dessa forma, a Proposta Pedagógica da Escola constitui um compromisso com o desenvolvimento global de seus educandos, pretendendo promover:

- A capacidade de utilizar as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo de maneira crítica e criativa;
- O desenvolvimento de uma atitude de investigação, reflexão e crítica frente ao conhecimento;
- O desenvolvimento da capacidade de construir novos conhecimentos e novas formas de interferir na realidade;
- O desenvolvimento da compreensão dos processos da natureza e da consciência ecológica;
- O desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à vida e ao meio ambiente;
- A construção da autonomia;
- O exercício da cidadania, a participação social e política e a transformação crítica, criativa e ética da realidade social;
- O autoconhecimento, a autoestima, a emoção, a capacidade de interação e a sensibilidade.

Segundo Freire, (1996):

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia [...] (p.p. 66-7).

Numa visão dialética e democrática, a gestão escolar incentiva a todos quanto aos objetivos que possibilitam tornar o âmbito escolar mais seguro e tem como princípio basilar, o cuidar, o brincar e o ensinar, dentre eles:

- Desenvolver um trabalho educativo a partir da realidade social da comunidade na qual as crianças estão inseridas, valorizando os conhecimentos prévios.
- Enfatizar as atividades lúdicas, para a construção de um conhecimento significativo e prazeroso.
- Valorizar a diversidade cultural, respeitando as diferenças do grupo.
- Conscientizar todos os profissionais da instituição sobre qual e como deve ser o tratamento para com as crianças, adotando no dia a dia atitudes de: solidariedade, carinho, respeito, cooperação e afeto.
- Envolver a família no processo de ensino e aprendizagem.

Para que amplie as possibilidades e alcance aos objetivos, traçaremos metas com ênfase as problemáticas observadas que necessitam de um olhar mais direcionado.

- Propor ações que possam estimular o envolvimento da comunidade escolar no desenvolvimento pleno dos educandos.
- Formar grupos de estudos entre os profissionais proporcionando encontros para que se possa ressignificar a prática pedagógica.
- Desenvolver ações que ampliem a frequência dos educandos no turno matutino.
- Dispor de jogos educativos e brincadeiras que auxiliem a ação educativa de modo a tornar o processo de ensino aprendizagem efetivamente prazeroso e significativo.
- Disponibilizar um cardápio mais atrativo as crianças.

Nos meses de Junho ou Julho programa-se o Projeto: O Homem do Campo com a ajuda da comunidade escolar cujo objetivo consiste em adquirir fundos que contribuem para alguma finalidade educativa, dentre elas: realizar comemoração da semana da criança no mês de outubro ou também comprar recursos permanentes, de acordo a necessidade do momento. Em relação aos recursos financeiros a escola recebe uma verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE através da Unidade Executora – UE, os recursos financeiros servem para comprar equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos para atendimento dos educandos que são disponibilizados uma vez ao ano, sendo insuficientes para

cobrir todas as necessidades, no entanto, a secretaria de educação supre as necessidades e além de materiais didáticos, material de limpeza. Disponibiliza também, gás, merenda escolar, manutenção e reparos quando necessários.

Atualmente são atendidos os níveis Educação Infantil e Ensino Fundamental I compreendidos nas modalidades Pré I / Pré II e 1º ano.

As disciplinas são distribuídas de modo que os professores regentes das turmas de educação infantil ficam responsáveis pelas disciplinas de linguagem matemática, linguagem oral e escrita e natureza e sociedade, enquanto o professor regente sai da sala para complementar sua carga horária com planejamento e atividades de livre escolha, os professores adjuntos, assumem as turmas com as disciplinas de movimento, música e artes. Enquanto que na modalidade do 1º ano, professor regente assume as disciplinas de Linguagem Oral e Escrita, Linguagem Matemática e Ciências Naturais e o Professor adjunto com as disciplinas de Educação Física, Artes e Ciências Humanas. Vale salientar que esta prática tem acrescido ganhos significativos ao aprendizado dos alunos e também aos professores que disponibilizam de mais saúde e tempo para pesquisas.

7.0 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

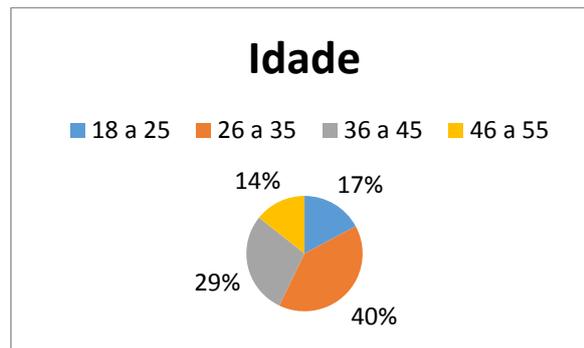
Por ser um estudo de caso cuja questões são objetivas e/ou subjetivas, os dados relacionados a pesquisa foram apresentados por meio de gráficos e tabelas, seguidas dos comentários escritos dos participantes.

7.1. Análise dos questionários aplicados para os pais

Apresenta-se no presente tópico o resultado da pesquisa realizada na Escola Municipal Corujinha Feliz, onde foi aplicado 35 questionários semi estruturado, onde tinha a opção de justificar a resposta apresentada.

Questão 01: Idade dos pais entrevistados

Gráfico 01: Idade



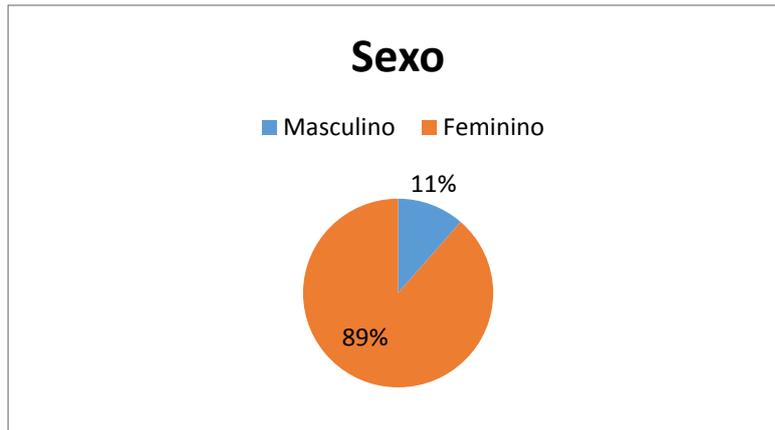
Fonte: Elaboração própria

- 17% dos pais possuem entre 18 a 25 anos;
- 40% dos pais possuem entre 26 a 35 anos;
- 29% dos pais possuem entre 36 a 45 anos;
- 14% dos pais possuem entre 46 a 55 anos.

A partir do gráfico, fica evidente que a idade que prevaleceu na pesquisa foi entre 26 e 35 anos de idade, ficando em segundo lugar a idade entre 36 a 45 anos de idade. Percebe-se que os pais que responderam a pesquisa são pessoas jovens.

Questão 02: Sexo

Gráfico 02: Sexo



Fonte: Elaboração própria

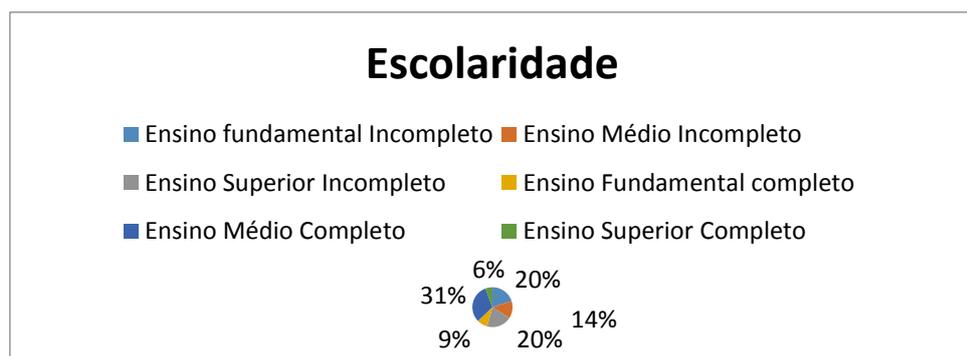
11% dos pais são do sexo masculino

89% dos pais são do sexo feminino

A segunda questão teve como objetivo identificar o sexo dos pais que responderam a pesquisa. O gráfico 2 identifica que o sexo prevalecente foi o feminino, ficando evidenciado que as mulheres assumem a responsabilidade de educar os seus filhos, ainda sabendo da postura do sexo feminino no mercado de trabalho, elas assumem duplo papel, tanto no mercado do trabalho, quanto assumem o papel de acompanharem os seus filhos na escola.

Questão 03: Escolaridade

Gráfico 03: Escolaridade



Fonte: Elaboração própria

20% dos pais possuem ensino fundamental incompleto;

14% dos pais possuem ensino médio incompleto;

20% dos pais possuem ensino superior incompleto;

9% dos pais possuem ensino fundamental completo;

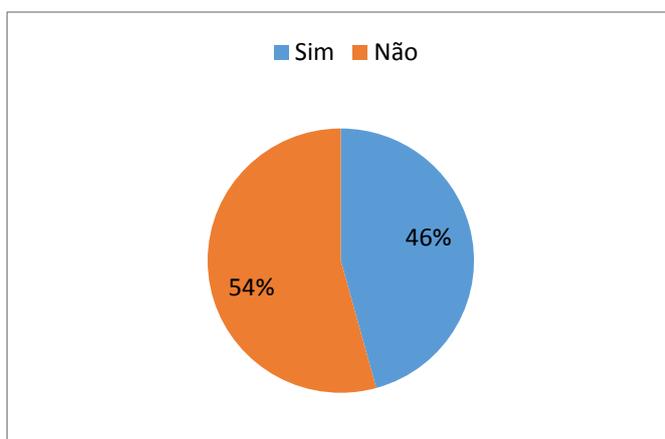
31% dos pais possuem ensino médio completo;

6% dos pais possuem ensino superior completo.

A maioria dos pais possuem o ensino médio completo, formação relevante, visto que a maioria dos respondentes ao questionário são jovens. Percebe-se que os pais que possuem o ensino superior completo é o que possui menor porcentagem.

Questão 04: Acredita que a escola tem incentivado de forma eficiente a participação dos pais na escola?

Gráfico 04: Incentivo da escola



Fonte: Elaboração própria

54% dos pais entrevistados afirmaram que a escola tem incentivado de forma eficiente a participação dos pais enquanto que 46% afirmaram que a escola não tem incentivado de forma eficiente a participação dos pais na escola.

Justificativa das respostas:

Pai 1: “A escola está sempre convidando aos pais/responsáveis à participarem das atividades escolares”;

Pai 2: “Porque sempre os pais é incentivado a ver o desenvolvimento dos filhos”;

Pai 3: “Sendo a escola parceira com a família, ambos caminham juntos”;

Pai 4: “Sim, estudantes tem suas conduta”;

Pai 5: “Incentivando, acolhendo, entre outros”;

Pai 6: “Falta compromisso dos pais”;

Pai 7: “Sempre é falado nas reuniões a importância da participação dos pais na vida escolar”;

Pai 8: “Tem incentivado”;

Pai 9: “Não, as escolas vem buscando unir parcerias com os envolvidos”;

Pai 10: “A escola tem desempenhado ao máximo”;

Pai 11: “A escola se empenha ao máximo para que os pais tenham mais participação no ambiente escolar”;

Pai 12:” Incentiva e muito a família e a escola juntos”;

Pai 13: “A escola faz a sua parte, porém, a educação é para o governo e não para o aluno”.

Pai 14: “Falta mesmo é interesse de assumir seu papel”;

Pai 15: “Talvez”;

Pai 16: “Sempre recebe convites, falta compromisso dos pais”;

Pai 17: “A escola em si incentiva sim os pais a participarem da escola”;

Pai 18: “Com cartaz e bilhetes”;

Pai 19: “Os pais sempre são incentivados”;

Pai 20: “Deveria ter mais participação dos pais na escola”;

Pai 21: “Através da parceria para juntos caminharem”;

Pai 22: “Com certeza com mais participação dos pais a escola o aluno se influencia mais nas aulas”;

Pai 23: ‘Não busca fazer atividades que busque a orientação dos pais na escola”;

Diante da análise realizada acerca do incentivo da escola em trazer os pais para perto da escola, se constatou que a maioria dos pais percebem a escola incentivando, dizem que a escola se empenha ao máximo, que nas reuniões dos pais sempre enfatizam a importância da família junto da escola. Alguns relatam que deveria ter mais participação, no entanto, o que falta é o compromisso de alguns. A escola utiliza cartaz e bilhetes para chamar a atenção dos pais para estarem ativos nas atividades escolares.

Questão 05: A escola envia convite ou comunicado para a participação dos pais sempre que desenvolve uma atividade diferente?

Gráfico 05: Convites



Fonte: Elaboração própria

91% dos pais encuestados afirmaram que recebem convites ou comunicados da escola. 9% dos pais encuestados afirmaram que não recebem convites ou comunicados da escola.

Justificativa das respostas

Pai 1: “Só quando é evento comemorativo”;

Pai 2: “Eu gostaria de estar em todos as atividades, meu filho me cobra”.

Pai 3: “Quando acontece culminância de projetos e festejos”;

Pai 4: “Mais esse convite deveria ser não apenas nas reuniões de pais e sim para projetos voltados para estes fins”;

Pai 5: ‘Porque é importante para o aluno’;

Pai 6: “Sempre, com água e cafezinho”;

Pai 7: ‘Eles convocam os pais a participarem das reuniões para estar sempre por dentro das atividades escolares’;

Pai 8: ‘Ainda incentiva com lanches’;

Pai 9: “Uma escola tem que ter parceria com a família”;

Pai 10: “Todos os eventos da escola”;

Pai 11: “Sempre mandaram bilhetes e também avisam pessoalmente cada pai”;

Pai 12: “Sempre que a uma atividade a qual os pais e pessoas que estão presentes são convidadas”;

Pai 13: “Sempre que tem uma atividade diferente eu me sinto devidamente informada”;

Pai 14: “Os pais que não participam”;

Pai 15: “Para interagirmos em conjunto, pais e professores”;

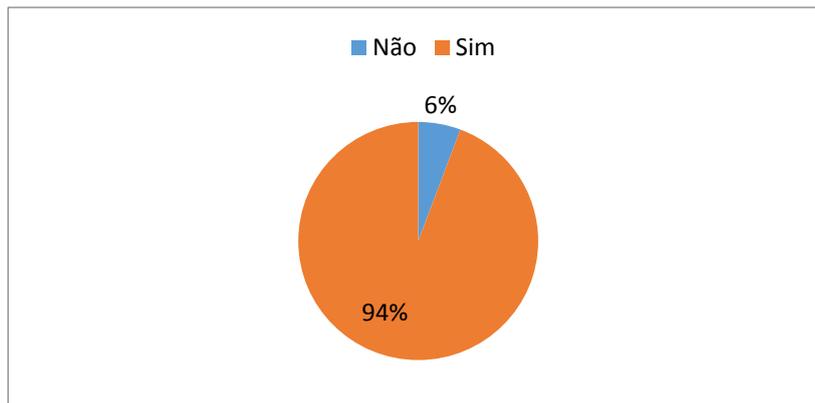
Pai 16: “Porque a escola não tem espaço suficiente”;

Pai 18: “Sempre somos convidados”.

Os pais demonstraram satisfação quanto a comunicação acerca dos comunicados enviados para participação, disseram que a escola disponibiliza até água e cafezinho, no entanto, relatam que a escola deveria enfatizar em projetos voltados para a participação da família e não somente para reuniões de pais e datas comemorativas. Ficou compreendido que o participante gostaria que houvesse uma maior explanação acerca da temática. Relataram que os seus filhos cobram mais participação no âmbito escolar.

Questão 06: Percebe que a escola tem necessidade da participação dos pais para realizar um trabalho mais significativo, no processo de ensino e aprendizagem?

Gráfico 06: Necessidade de participação dos pais



Fonte: Elaboração própria

94% dos pais encuestados afirmaram que a participação dos pais é de suma importância para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem.

6% dos pais encuestados afirmaram que a participação dos pais não é de suma importância para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem.

Justificativa das respostas

Pai 1: “Não acho necessário”;

Pai 2: “Quando há um elo ligado a família e a escola as duas partes tem um melhor progresso”;

Pai 3: “Educação em conjunto, pais e professores”;

Pai 4: “Para o andamento do aprendizado ser melhor”;

Pai 5: “Falta parceria dos pais”;

Pai 6: “Se todos os pais fossem mais unidos e interessados sobre o assunto da escola o ensino seria melhor”.

Pai 7: “Sempre”;

Pai 8: “Sim, pais somente com parcerias prestaremos um ensino de qualidade”;

Pai 9: “A educação dos alunos não é só responsabilidade da escola”;

Pai 10: “A maioria dos pais só entram na escola no primeiro dia de aula, depois somente, se a maioria fossem presentes, com certeza, muita coisa iria mudar”.

Pai 11: “Porque a escola, necessita e muito do apoio dos familiares”;

Pai 12: “Pois a função família/escola é fundamental”;

Pai 13: “Para os pais que querem cooperar, e de forma voluntária a educação e formação de um filho não tem preço”;

Pai 14: “Os pais tem que assumir suas responsabilidades como pais”;

Pai 15: “Pelo fato da importância da família nessa fase da criança”;

Pai 16: “Em parceria”;

Pai 17: “Porque os pais tem que estar sempre presente na vida dos filhos, os pais tem que estar sempre acompanhando o desenvolvimento dos filhos na escola”;

Pai 18: “Caminhar juntos”;

Pai 19: “Pro aluno ter uma boa aprendizagem é interessante a presença dos pais”;

Pai 20: “Porque há crianças que tem dificuldades grandes e necessita da ajuda dos pais em casa e na escola”;

Pai 21: “Com mais palestras, convidando conselho tutelar”;

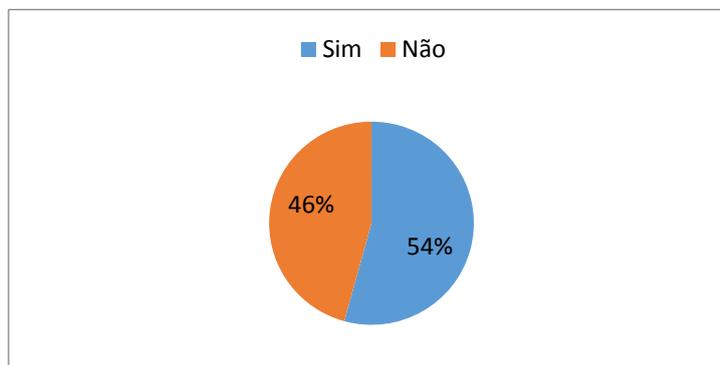
Pai 22: “Estou satisfeita com o ensinamento do meu filho, mas sempre é bom se dedicar mais com os nossos filhos”;

Pai 23: “Pois, a participação/cooperação dos pais com a escola é fundamental”.

Os pais percebem que há necessidade da participação da família na escola para a aprendizagem da criança, que a educação não é só responsabilidade da escola que faz-se necessário que os dois elos caminhem juntos. Enfatizaram que, se todos os pais fossem unidos que o ensino seria mais satisfatório. Desse modo, compreende-se que os pais realmente mostraram-se conscientes quanto o seu papel de parceiro para uma escola mais igualitária.

Questão 07: Em sua opinião, a escola oferece material didático necessário para a participação da família no âmbito escolar?

Gráfico 07: A escola oferece material didático necessário



Fonte: Elaboração própria

54% dos pais entrevistados afirmaram que a escola oferece material didático; 46% disseram que não oferece material didático.

Justificativa das respostas

Pai 1: “Não tem assunto voltado a família”;

Pai 2: “Compramos os materiais escolares do meu filho”;

Pai 3: “Falta retroprojektor e sala apropriada”;

Pai 4: “Porque infelizmente só disponibiliza de espaço adequado, falta um retroprojektor, sala para projetos e etc”.

Pai 5: “Porque não tem biblioteca”;

Pai 6: “Falta material didático”;

Pai 7: “Não sei exatamente, pois é meu primeiro ano nessa escola e ainda não percebi dados para responder”;

Pai 8: “Pois, por ser escola pública deveria formar o material necessário”;

Pai 9: “A estrutura não é a melhor”;

Pai 10: “O material que a secretaria oferece é insuficiente para trabalhar em sala de aula com tantas crianças. O trabalho do professor em sala de aula não pode ser limitado por falta destes ou daquilo. Sem falar nos pais que não pode comprar”.

Pai 11: “Tem materiais e reuniões”;

Pai 12: “Mais ainda, se tivéssemos uma biblioteca, com um acervo cultural doados por eles, e a comunidade”;

Pai 13: “Todo suporte necessário”;

Pai 14:” Tudo que tem sido da iniciativa da escola me tem sido suficiente”;

Pai 15: “Não tem materiais suficientes para o desenvolvimento do aprendizado”;

Pai 16: “As vezes sim”.

Em relação aos materiais didáticos para que os pais sejam mais participativos na escola, os pais relataram que falta uma sala apropriada e retroprojeter, desse modo, fica compreensível que sem um espaço para diálogo entre pai e professor dificulta a comunicação, principalmente nas reuniões entre os pais, pois o espaço amplo que a escola possui não é coberto e quando chove, fica impossibilitado de haver as reuniões.

7.2 Análise dos questionários aplicados para os professores:

Questão 01: Sexo

100% das professoras representam o sexo feminino

Questão 02: Quantos anos de experiência como docente?

100% das professoras possuem mais de 11 anos de experiência como docente.

Questão 03: Os pais são frequentes nas reuniões?

Gráfico 08: Frequência dos pais nas reuniões



Fonte: Elaboração própria;

57% dos professores afirmaram que os pais participam das reuniões;

43% disseram que os pais não participam das reuniões.

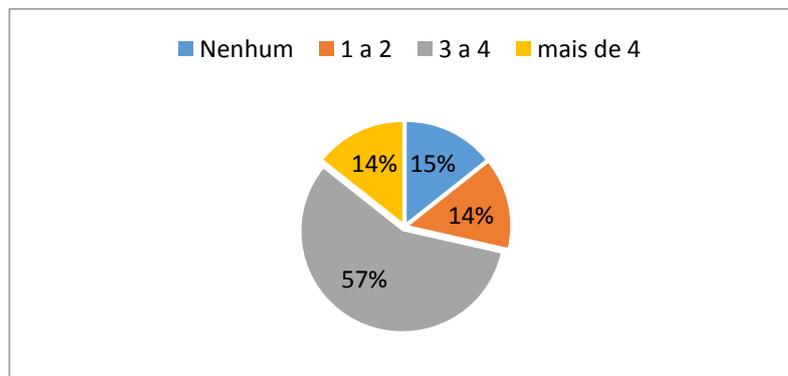
Diante das respostas dos professores acerca da frequência dos pais nas reuniões escolares, ficou evidenciado que os pais são frequentes. Nesse pressuposto, compreende-se que os professores reconhecem que os pais são presentes nas reuniões.

Questão 04: A união da família e escola são dois elos de grande importância para o desenvolvimento do aluno?

100% dos professores entrevistados afirmaram positivamente a importância do elo entre a família e a escola.

Questão 05: Quantos cursos de capacitação sobre a importância da família na escola você já participou?

Gráfico 09: Cursos de capacitação



Fonte: Elaboração própria;

57% dos encuestados já participaram mais de 4 vezes;

15% disseram que nunca participaram;

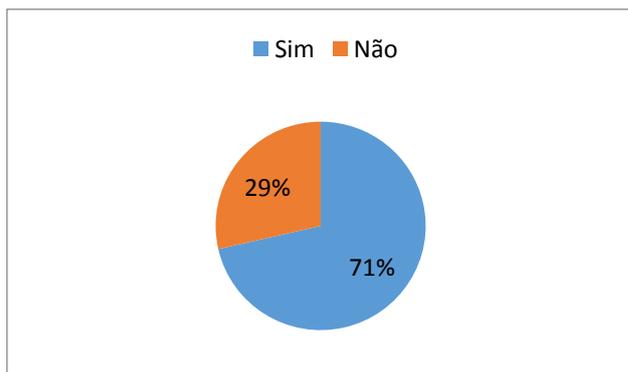
14% disseram que participaram mais de 4 vezes;

14% também afirmaram que participaram 2 vezes.

A partir da análise da questão, se constatou que os professores possuem conhecimento pertinente acerca de capacitação sobre a temática da família. Característica que assegura um comprometimento da escola em propor capacitações acerca de um tema tão relevante para o processo de aquisição de conhecimentos diversos e estes, influenciará futuramente para uma sociedade consciente dos seus atos. Essas crianças que tem como referência os pais participativos, futuramente serão pais participativos.

Questão 06: Em sua opinião, a escola possui infraestrutura adequada para atender os pais no dia a dia?

Gráfico 10: Infraestrutura da escola



Fonte: Elaboração própria;

71% afirmaram que a escola tem uma boa infraestrutura para atender os pais no dia a dia e 29% disseram que não possui uma boa infraestrutura para atender os pais no dia a dia

Justificativa das respostas

Professor 1: “A escola não conta com um espaço reservado para momentos de conversas particulares com os pais”;

Professor 2: “Espaço amplo e com salas adequadas”.

Professor 3: “Por ainda não ter um local adequado para acolher a todos com um mínimo de conforto”.

Professor 4: “A infraestrutura cumpre um papel importante na formação dos alunos, afinal, é lá que os alunos passam boa parte de seus dias, durante anos de suas vidas”.

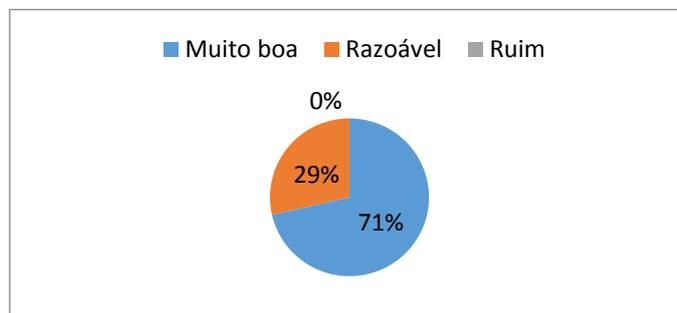
Professor 5: “O espaço é grande e muito acolhedor”.

Professor 6: “A sede não é própria, porém, atende a demanda”.

Professor 7: “Temos uma diretora que trabalha em período integral e uma coordenadora e a escola tem espaço para receber esses pais tranquilamente”.

Os professores relataram que a escola possui uma infraestrutura adequada para atender aos alunos e aos pais, no entanto, o que deixou evidenciado é que ainda não possui uma sala para reuniões, um espaço reservado para momentos de conversas particulares com os pais, a escola é um prédio alugado pela prefeitura, o espaço foi improvisado e adaptado para salas de aula.

Questão 07: Como você percebe a organização da escola para trazer a família para ser atuante?

Gráfico 11: Atuação da equipe escolar para trazer a família para a escola

Fonte: Elaboração própria

71% dos entrevistados afirmaram que a escola tem trabalhado para aproximar a família da escola;

29% disseram que é razoável o trabalho da escola na aproximação da família.

Justificativa das respostas

Professor 1: “A escola acaba limitando suas ações por conta da infraestrutura e de planejamento”.

Professor 2: “Pouco incentivo a família e falta projeto que envolvam a participação dos mesmos”.

Professor 3: “A escola ocasiona reuniões e eventos periódicos, valorizando e incentivando a participação de todos”.

Professor 4: “A participação dos pais é fundamental, a escola foi criada para servir a sociedade. A escola busca trazer a família, através do social fazendo-se necessários para cumprir um relacionamento de qualidade coma as famílias”.

Professor 5: “Os pais sempre estão presentes”;

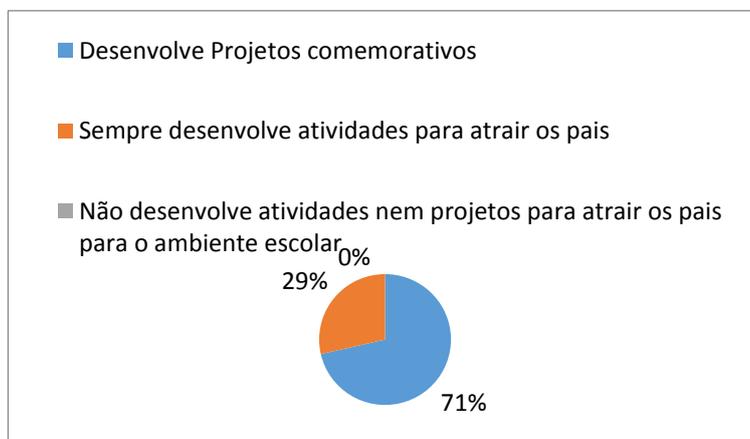
Professor 6: “O espaço sempre recebe bem os pais, que se sentem a vontade”;

Professor 7: “Sempre que possível é servido um bom lanche, as vezes um sorteio de um brinde, tudo que a escola pode, ela tenta fazer para que os pais participem mais da vida escolar de seus filhos”.

Os professores percebem a escola como um local acolhedor, no qual sempre que possível disponibiliza um lanche nas reuniões, realiza sorteio, realizam muitas estratégias para que os pais se sintam a vontade. Os participantes percebem que realmente há um incentivo dos gestores em propor melhores condições para que se tenha a participação dos pais, apesar da falta de espaços suficientes para as reuniões.

Questão 08: A gestão escolar desenvolve algum projeto de integração dos pais ou responsáveis nas atividades da escola?

Gráfico 12: Atuação da gestão escolar



Fonte: Elaboração própria

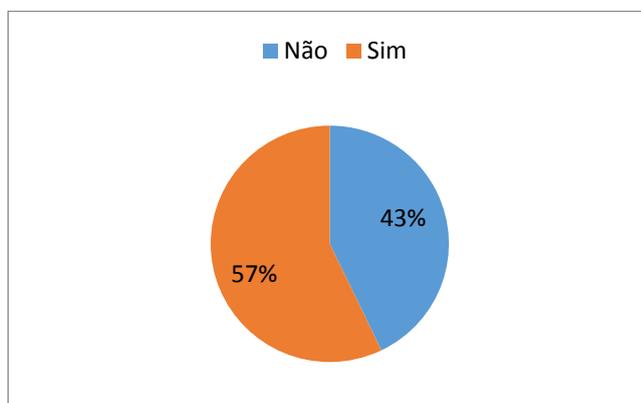
71% da gestão escolar tem desenvolvido com mais frequência os projetos comemorativos;

29% disseram que sempre desenvolve atividades para atrair os pais para o ambiente escolar.

Os professores observaram que a gestão escolar tem proporcionado projetos que envolvem a família em datas comemorativas. Nessa perspectiva, vale salientar que há necessidade dos pais em outros momentos, além dessas datas, visto que o momento da família estar na escola, vai além dessas datas.

Questão 09: A escola oferece material didático suficiente para atender a família?

Gráfico 13: Material didático



Fonte: Elaboração própria

57% dos professores encuestados afirmaram que a escola oferece material didático para atrair a família para o ambiente escolar;

43% disseram que não oferece material didático para atender a família.

Justificativa das respostas

Professor 1: “Nem sempre, pois aqui não possui uma biblioteca ampla”.

Professor 2: “Dentro das suas possibilidades”;

Professor 3: “Infelizmente falta alguns recursos como retroprojeto e sala equipada com computadores, entre outros”.

Professor 4: “A escola, muitas vezes não conta com materiais para suprir sequer as necessidades dos alunos e menos da família”.

Professor 5: “Dentro das possibilidades e materiais disponíveis”.

A partir das análises realizadas acerca dos materiais didáticos para contribuir com a participação da família, se observa que os professores disseram que a escola não possui material para suprir com as necessidades básicas dos alunos e menos da família. Os mesmos recursos apontados pelos os pais como fator que impossibilita a participação dos pais na escola, se evidenciou nos relatos dos professores, quanto a falta de um retroprojeto e sala para reuniões.

7.3 Observação participante das reuniões dos pais

Durante o período de observação ao entorno da gestão escolar, foi possível perceber que há um diálogo entre pais e direção. No horário de entrada para entregar os filhos, os pais não entram na escola, com exceção as crianças que são especiais que necessitam do acompanhamento de um adulto, principalmente porque possui uma escada e necessita de atenção. Quando há algum conflito para ser resolvido, os pais vão à secretaria para conversar com a diretora e quando esta não se encontra, pois necessita se ausentar do espaço para frequentar reuniões na secretaria de educação, a secretária escolar e a coordenadora dialogam com os pais e os conflitos são sanados.

Percebe-se que alguns pais possuem dificuldade em buscar os seus filhos no horário indicado pela escola, possui vários motivos para justificar: alguns colocam terceiros para pegar e esses acabam esquecendo, outros por residirem distantes da escola. Há dias que os pais vão pegar o seu filho com meia hora de atraso. Quando situações como essas ocorrem, a direção da escola solicita a presença do pai ou responsável para informar acerca dos aspectos

psicológicos da criança, quando esta é deixada no espaço escolar e também salienta da responsabilidade levando em consideração os direitos e deveres de cada envolvido no processo de ensino e aprendizagem da criança. No início do ano letivo, houve uma apresentação teatral com os funcionários de apoio e a coordenação pedagógica para conscientizar a todos os pais acerca dos seus deveres.

As reuniões com os pais ocorrem no refeitório ou na brinquedoteca e quando há a participação de toda a escola e, quando não está chovendo, é realizada na área externa da escola. Percebe-se que, falta um aparelho de som mais potente para que a voz da direção e da coordenação seja mais audível, pois a área é aberta e desse modo, acaba por interferir na alteração sonora. Um ponto negativo nesses espaços de reunião é que alguns funcionários no momento da reunião, por realizar os seus afazeres próximo ao refeitório, acabam por fazer algum barulho, nesse momento, a direção imediatamente olhou para a funcionária com olhar de reprovação, e esta atenuou o barulho. Esta observação se concerne quando os pais e professores relatam que a escola necessita de um espaço para reuniões.

O assunto discutido na pauta da reunião foi acerca da formatura dos alunos dos primeiros anos, percebe-se que faltaram muitos pais, mas os que estiveram presentes foram participativos e demonstraram interesse em participar juntamente com a escola da comemoração que irá realizar no mês de dezembro.

8. CONCLUSÃO

A partir do exposto e diante das pesquisas realizadas com a fundamentação teórica, chega-se a conclusão de que a análise e interpretações dos dados através da aplicação de questionários aos pais e professores da Escola Municipal Corujinha Feliz existem fortes apontamentos em relação algumas questões. Foi identificado que a presença da família no ambiente escolar tem um papel muito importante no desenvolvimento da aprendizagem da criança. Diante dessa concepção de importância que as famílias têm em relação à educação, como educadores, somos estimulados a um novo olhar sobre o papel da escola, a

emprendermos lutas em defesa de uma escola que ofereça possibilidades para uma educação de qualidade de forma que o educando crie identidade com a escola e a instituição escolar esteja preparada para acolhê-lo e que assim contribua para uma sociedade mais justa e por consequência, uma humanidade mais feliz.

Os dados sócio demográficos dos participantes revelam que:

A idade que prevaleceu na pesquisa foi entre 26 e 35 anos de idade, ficando em segundo lugar a idade entre 36 a 45 anos de idade. Percebe-se que os pais que responderam a pesquisa são pessoas jovens; y ficando evidenciado que as mulheres assumem a responsabilidade de educar os seus filhos, ainda sabendo da postura do sexo feminino no mercado de trabalho, elas assumem duplo papel, tanto no mercado do trabalho, quanto assumem o papel de acompanharem os seus filhos na escola.

A maioria dos pais possuem o ensino médio completo, formação relevante, visto que a maioria dos respondentes ao questionário são jovens. Percebe-se que os pais que possuem o ensino superior completo é o que possui menor porcentagem.

Em função ao Objetivo Especifico nº1 que trata de descrever se a estrutura da escola é adequada pra desenvolver atividades com a participação da família no processo educativo, ficou evidente que a maioria dos pais e também professores afirmaram que a escola apresenta ambiente propício para atender os pais no dia a dia, porém, foram feitas algumas observações por alguns pais e professores quando retrataram que a escola não possui um ambiente propício para atender os pais, neste aspecto, considera-se que falta um espaço para atendimento individual, ou seja, particular entre pais e professores. Nesta concepção, percebe-se que por falta de estrutura, os pais deixam de dialogarem com os professores por sentirem-se inseguros e por vezes, tímidos por não terem um espaço direcionado para o diálogo. Sendo assim, Rocha & Machado (2002, p.18) argumenta que o envolvimento familiar proporciona benefícios aos professores que, regra geral, sente que quando percebem que o seu trabalho é apreciado pelos pais, eles se esforçam para que o grau de satisfação dos pais também seja grande.

Para cumprir o Objetivo Especifico nº 2, identificar os fatores que levam a família a não estarem em um só propósito com a escola, foi verificado que os problemas causados pela falta de participação da família no desenvolvimento escolar dos alunos é o interesse por parte dos familiares apresentado no dia a dia em estar presente no ambiente escolar para verificar o desenvolvimento do filho, outros não contribuem com as atividades que são enviadas para casa, fato este que não tem contribuído para o bom desenvolvimento do aluno em relação da participação da família no ambiente escolar. Diz Libâneo (2000 p. 9) que: “Não dizemos mais

que a escola é a mola das transformações sociais. Não é, sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a varias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas”.

Quanto ao Objetivo Especifico nº 3 que buscou verificar os problemas causados pela falta de participação da família no desenvolvimento escolar dos alunos, se constatou que os alunos não possuem um aprendizado satisfatório, devido a falta de contribuição dos pais ou responsáveis nas atividades enviadas para casa, visto que a escola é o complemento da família. Muitos pais não compreendem que, segundo Paro, (2007, p.25) “reverter-se em beneficio dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos”. As crianças sentem-se inseguras por não ter a presença dos pais e a faz sentir-se desestimulada para aprender.

Em relação ao Objetivo Especifico nº 4, que buscou descrever as propostas que a gestão escolar tem para manter a parceria entre escola e família, percebeu-se que a gestão escolar tem buscado a inclusão da família no ambiente escolar, porém, percebe-se que muitos dos pais não tem interesse em participar, outros afirmam que é por falta de incentivo da escola que só convoca para participarem quando são apresentados projetos temáticos. Segundo Tiba (1996, p.168): “A escola precisa alertar os pais sobre a importância de sua participação: o interesse em acompanhar os estudos dos filhos é um dos principais estímulos para que eles estudem. Uma família, que só exige da escola sem contribuir em nada está educacionalmente aleijada”. Dentre as ações da gestão, envia comunicados ou convites para que os pais participem. Nas reuniões enfatiza a importância da parceria entre escola e comunidade, realiza capacitações com os professores acerca da temática.

Quanto ao Objetivo Especifico nº 5 que buscou descobrir os materiais didáticos disponíveis na escola que propõem a participação da família, se observa que os professores disseram que a escola não possui material para suprir com as necessidades básicas dos alunos e menos da família. Os mesmos recursos apontados pelos os pais como fator que impossibilita a participação dos pais na escola, se evidenciou nos relatos dos professores, quanto a falta de um retroprojetor e sala para reuniões. Nesse pressuposto, Para López (2009), “sabendo que o aluno fica na escola um longo período, o professor deve ter responsabilidades imprescindíveis. As atividades docentes precisam ser congregadas em quatro grandes categorias: as estritamente didáticas, as de orientação, as vinculadas ao contexto social e as ligadas à formação permanente”. Assim, a escola deveria ser um local no qual as crianças tivessem a vontade de ir, com todos os recursos disponíveis, no entanto, diante da pesquisa se constatou que a escola falta muitos recursos que possibilitam a interação da família e a escola.

8.1 RECOMENDAÇÕES:

8.1.1 Recomendações para a instituição:

Deixa-se algumas recomendações a instituição escolar em desenvolver melhor projetos para que a família seja mais presente no ambiente escolar, não apenas em datas específicas, mas buscar sempre aplicar projetos para que todos os familiares tenham acesso ao ambiente escolar, bem como buscar sugestões junto aos pais sobre o desenvolvimento dos filhos.

Buscar subsídios ou parcerias para a compra de equipamentos como retroprojektor e também adaptar uma sala para atender os pais individualmente.

8.1.2 Recomendações para os professores:

Em relação aos educadores, que os mesmos buscam desenvolver comunicação mais próxima entre pais e professores, possibilitando um acompanhamento efetivo no desenvolvimento do filho no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A.M. de. (1987) *Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade*
Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Ariès. P. (2006) *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Bartholo, M. H. (Org.). (2003) *Relatos do fazer psicoterápico*. Rio de Janeiro: Noos.
- Berlim P. (2010) José Antônio. *Só o amor não educa*. Engenheiro Coelho.
- Brasil. (2004) Ministério da Educação. *Assessoria de Comunicação Social*. Estatuto da criança e do adolescente / Assessoria de Comunicação Social – Brasília:

MEC.

- Brasil. Constituição (1988) (1995). *Emenda constitucional nº 9*, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Lex: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out/dez.
- Brasil. (1996) *Lei Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996 Lex: *Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB)*, Brasília.
- Campos, J. C. (1983) *Psicologia do desenvolvimento: influência da família*. São Paulo: Edicon.
- Campos, N. P. (2002). *A construção do olhar estético – crítico do educador*. Florianópolis: Ed da UFSC.
- Carvalho, M. E. P. (2004). *Família e escola*.
- Castro, C. M. (1976). *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Cervo, A. L. e Bervian, P. A.(2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Chraim, A. M. (2009). *Família e Escola: a arte de aprender para ensinar*. Rio de Janeiro: Wak.
- Coser, D. S. (2015) *A família a caminho da escola*. www.webartigos.com.br. acesso em 12 de abril de 2015.
- Costa, A. C. G. (1990) *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069 de 13 de junho de 1990.
- Cury, A. (2007) *Filhos brilhantes, alunos fascinantes* – São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Dayrell, J. (1999) *A escola como espaço sociocultural: múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Demo, P. (2001) *Pesquisa e Informação Qualitativa – Aportes metodológicos*. Papyrus, Campinas.
- Feltrin, D. (2014) *Políticas educacionais para a educação infantil no Brasil: acertos e desacertos em busca de qualidade*. Encontrado em <http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/politicas-educacionais-para-a-educacaoinfantil>.
- Flick, U. (2006) *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. São Paulo: Artmed e Bookman.
- Gonçalves, E. P. (2005) *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 4ª Ed. Campinas-SP: Editora Alínea.
- Grunspun, H.. (2004) *Autoridade dos pais e educação da liberdade /*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Walk.

- Libâneo, J. C. (2000) *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente* 4ª Ed. v. 67. Coleção Questões da Nossa Época: São Paulo: Cortez.
- Libâneo, J. C. T. M. S. (2011) *Educação escolar: políticas, estrutura e organização* -. 10 ed. – São Paulo: Cortez (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).
- Lima, L. C. (2011) *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. 4ª Ed.—São Paulo: Cortez.
- López, I. S. (2009). *Educação na família e na escola: o que é, como se faz*. 2.ed. São Paulo: Editora Loyola
- Marques, M. O. (2000). *A formação do profissional da educação*. Ijuí: Ed IniJuí.
- Mazzotti, T. B. (1998) *Estatuto de cientificidade da pedagogia*. In: Pimenta, S. G. *Pedagogia, ciência da educação? 2 ed. São Paulo: Cortez*.
- Moraes, R. (1994) *Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação*. Porto Alegre, Edipucrs.
- Morin, E. (1990) *Ciência com consciência*. São Paulo: Martins fontes.
- Paro, V. H. (2007) *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã.
- Parolin, I. C. H. (2003) *Família e Escola: Instituições Parceiras. Temas em Educação II. Jornadas 2003*. São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda.
- Rocha, S. C & Machado, R. C. (2002). *Artigo relação família escola*. Belém –Pará
- Sampieri R. H., Collado C. F. & Lúcio M. P. B. (2010) *Metodologia de la investigación*. 5ª Edição.
- Sampieri. R.H. (2014) *Metodologia de la investigación*. México: Interamericana Editores.
- Saviani, D. (2007) *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura de vara, onze teses sobre a educação política* 39. ed. – Campinas, SP
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, B. (1987) *Dicionário de ciências sociais*. Fundação Getúlio Vargas.
- Steinberg, L. (2005) *10 princípios básicos para educar seus filhos*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Tiba, I. (2002) *Quem ama, educa*. São Paulo: Gente.
- Tiba, I. H. (1996) *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente.
- Trivinõs, A.N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas
- Wekerlin, D. F (2004). *Características da escola do século XXI*. Bragança: Paulista, SP.

APÊNDICE 01: QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

01- Sexo

Masculino Feminino

02- Experiência docente:

1 a 4 anos

5 a 8 anos

9 a 11 anos

mais de 11 anos

3- Os pais são freqüentes nas reuniões?

Sim Não

Justifique sua resposta: _____

4- A união da família e escola são dois elos de grande importância para o desenvolvimento do aluno?

Sim Não

Justifique sua resposta: _____

5- Quantos cursos de capacitação sobre a importância da família na escola você já participou?

Nenhum

1 a 2

3 a 4

mais de 4

Justifique sua resposta: _____

6- Em sua opinião, a escola possui infra-estrutura adequada para atender os pais no dia a dia?

Sim Não

Justifique sua resposta: _____

7- Como você percebe a organização da escola para trazer a família para ser atuante?

Muito boa

Razoável

Ruim

Justifique sua resposta: _____

8- A gestão escolar desenvolve algum projeto de integração dos pais ou responsáveis nas atividades da escola?

Desenvolve em projetos comemorativos

Sempre desenvolve atividades para atrair os pais

Não desenvolve atividades nem projetos para atrair os pais.

Justifique sua resposta: _____

9- A escola oferece material didático suficiente para atender a família?

Sim Não

Justifique sua resposta: _____

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS

01- Idade:

- 18 a 25 anos;
- 26 a 35 anos;
- 36 a 45 anos;
- 46 a 55 anos

02: Sexo

- Feminino
- Masculino

03 Nível de escolaridade:

- ensino fundamental incompleto;
- ensino fundamental completo;

- ensino médio incompleto;
- ensino médio completo;
- ensino superior incompleto;
- ensino superior completo.

04- Acredita que a escola tem incentivado de forma eficiente a participação dos pais na escola?

- Não
- Sim

Justifique sua resposta: _____

05. A escola envia convite para a participação dos pais sempre que desenvolve uma atividade diferente?

- Sim
- Não

Justifique: _____

06. Sente que a escola tem necessidade da participação dos pais para realizar um trabalho mais significativo, no processo de ensino e aprendizagem?

- Sim
- Não

Justifique: _____

07. Em sua opinião, a escola oferece material didático necessário para a participação da família no ambiente escolar?

- Sim
- Não

Justifique: _____



Dia da Família na escola

